



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite
Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

A Assembleia concluiu a interpelação ao Governo, iniciada na Sessão anterior, a qual versou sobre temas de política geral.

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Meireles (CDS), Paulo Valadão (PCP), Dionísio de Sousa (PS), Duarte Pires (PS), Renato Leal (PS), Paulo Araújo (PS), José Carlos Simas (PSD), Francisco José (PSD), António Silveira (PSD), Victor Evaristo (PSD), Victor Cruz (PSD), Martins Goulart (PS), Renato Moura (PSD), bem como os seguintes Secretários Regionais: da Educação e Cultura, *Aurélio Fonseca*; da Habitação e Obras Públicas, *Natalino Viveiros*; da Agricultura e Pescas, *Adolfo Lima*; do Turismo e Ambiente, *Eugénio Leal*; da Economia, *Alvaro Dâmaso*; da Administração Interna, *Costa Neves*, e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, *Mota Amaral*.

Os trabalhos terminaram às 20.15 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide

Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Alvaro Pacheco, Madruça da Costa,

Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, José Artur Correia, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio de Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Victor Ramos; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão.

Presidente: Estão presentes 50 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a continuação da Ordem do Dia da Sessão anterior, ou seja, a interpelação ao Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A educação constitui um vector estrutural de desenvolvimento de qualquer sociedade. E nisto estão de acordo, que eu saiba, todas as tendências ideopartidárias dos mais variados quadrantes políticos. Daí o esforço financeiro prioritariamente dado à Educação pelos Governos verdadeiramente empenhados no desenvolvimento da sua população.

A Educação, no entanto, é um conceito vasto que não se esgota no ensino, nem na escola, nem na família, nem nos professores, nem na sociedade, nem na profissão, mas engloba todos estes agentes numa acção concertada de modo a formar o jovem e a prepará-lo para o futuro.

Num mundo, como o nosso, e numa época em que se vêem desmoronar as barreiras que persistiram em standardizar o homem e que caem impotentes perante o ímpeto duma massa anónima que acorda do torpor de muitos anos de alienação - que é como quem diz, da delegação nos outros da faculdade de pensar - num mundo destes, assume importância relevante uma reflexão naturalmente sucinta sobre esta temática.

O sistema educativo deve favorecer o desenvolvimento da personalidade, garantir o progresso social e contribuir para uma verdadeira democratização da sociedade.

Desenvolve-se a personalidade através do exercício duma pedagogia filosoficamente centrada na pessoa, com referência contínua à liberdade e à responsabilidade, de modo a que cada um se sinta ele mesmo no assumir

permanente de atitudes.

Garante-se o progresso social na medida em que se ajustem os conteúdos programáticos à vida encarada nos seus múltiplos aspectos: material, cultural, ético e religioso.

Democratiza-se a sociedade, através de esquemas que desenvolvam no jovem o espírito pluralista, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões que por sua vez irão fomentar o espírito crítico e criativo.

No mundo em que vivemos, a grande tentação de certos Estados é a da invasão de todo o universo da educação, relegando o papel da família para segundo plano.

Tal facto, tem consequências funestas sobretudo ao nível da formação da personalidade do jovem e do seu comportamento social. A participação activa da família, no processo da educação do jovem, é de tal monta que a importância dos conteúdos programáticos a ensinar se esbate em favor do desenvolvimento da pessoa.

A escola cabe a tarefa de ensinar mas deve fazê-lo, na perspectiva do CDS, em íntima relação com os outros agentes da educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Assistimos, ontem, à exposição do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura sobre o estado em que se encontra, na Região Autónoma dos Açores, a educação escolar.

Ele foi um extenso rol de investimentos em construções escolares, desde as prés aos estabelecimentos do ensino secundário, na ordem de milhões de contos. Ele foi os investimentos vultuosos em instalações desportivas. Ouvimos declinar taxas de sucesso escolar, índices do aumento do ensino técnico-profissional, taxas do crescimento da escolaridade, etc., etc..

Falou-nos ainda da verba atribuída às prés para aquisição do material didáctico e outras adjacências que nos poderiam dar a ideia de que se vive, na Região, uma **era de ouro** no capítulo da Educação.

Ora, sem contestar os números e taxas aqui apresentados, por serem verdadeiros, também não é menos certo que se vive, nas nossas escolas uma realidade didáctico-pedagógica preocupante, quer por falta de recursos humanos, quer por falta de instalações adequadas, quer por carestias de equipamento e material didáctico, quer ainda pelo emprego de tipologias escolares inadequadas ao nível etário das nossas crianças e ainda às condições climatéricas

da Região como se poderá constatar em edifícios relativamente novos, sujeitos a infiltrações da chuva e humidade, cujos exemplos estão à vista de todos.

Mas comecemos pela educação pré-escolar:

Sendo no seu aspecto formativo de natureza complementar e/ou supletiva da acção educativa da família e destinando-se sobretudo "a estimular as capacidades de cada criança e a favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades", como pode a educadora atingir estes objectivos se, normalmente, as instalações das prés são inadequadas à função e o material didáctico, de sua natureza caro e especializado, é exíguo ou mesmo inexistente?

Aliás, é confrangedor o cotejo entre a qualidade das instalações da Pré e as da Segurança Social ou mesmo duma Instituição Privada.

E que dizer da taxa de cobertura da escolaridade? 20%, 30% e 50% para as idades de 3, 4 e 5 anos, enquanto a nível nacional essa taxa é de 30%, 40% e 80% respectivamente?

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura acha que 27.500 \$00 por cada pré, por ano, resolve alguma coisa numa escola onde as capacidades de expressão e comunicação, assim como a imaginação criativa, se desenvolvem através de actividades lúdicas?

Os níveis de insucesso escolar são preocupantes em todos os graus de ensino, atingindo nas fases de transição dum ciclo para outro taxas que variam entre 25,4 do Primário para o Preparatório até atingir os 76,3 no 12º ano do Complementar, segundo os dados da última publicação com referência ao ano escolar de 1987/88.

Estes dados não podem deixar de nos fazer reflectir sobre as condições de trabalho que a Secretaria Regional oferece aos docentes, sobre a percentagem de professores afectos ao ensino sem habilitação própria sobretudo no segundo ciclo e ainda sobre a Formação Contínua dos Professores.

Dissecando cada um destes factores, constata-se que o Governo ainda não criou condições de trabalho aos docentes, nem estímulos suficientes que os leve a fixar-se sobretudo nas ilhas mais pequenas onde as carências da habitação condigna e a carestia de rendas de casa tornam o viver dum professor praticamente impossível.

E a consequência lógica duma profissão não gratificante é a de falta de professores

habilitados que atinge percentagens preocupantes em quase todas as escolas do segundo e terceiro ciclos do ensino, assumindo foros de maior gravidade nas ilhas de menor densidade populacional.

Em 13 anos de autonomia o Governo Regional ainda não estruturou a Formação Contínua de Professores, sobretudo ao nível do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Complementar.

E uma falta grave numa Região que, por força da sua natural dispersão geográfica, afasta as pessoas, isola o convívio, não facilita a troca de ideias, nem a permuta de experiências, nem a reflexão metodológico-comparativa. E quem perde? Naturalmente que em primeiro lugar o professor que se sente desactualizado, mas também e sobretudo os alunos que não desenvolvem como deviam as suas capacidades de raciocínio, o gosto pela reflexão, pela curiosidade científica e pelo aprofundamento da cultura humanística, artística, científica e técnica que normalmente constituem o suporte cognitivo e metodológico que lhes permite prosseguir estudos superiores ou inserir-se na vida.

E é por isso que a percentagem de estudantes açorianos que prosseguem estudos superiores é das mais baixas que conheço ao nível da Comunidade Europeia. Apenas 4% dos estudantes açorianos prosseguem estudos superiores, enquanto a média nacional se situa em 12% e a comunitária ascendendo a 30% está muito aquém da japonesa que ronda os 92,6%. Entretanto a nossa vizinha Espanha coloca-se já nos 23%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este quadro retrata a outra escola, a escola de que o Sr. Secretário não quis falar, mas que ele conhece que existe. Não é um quadro miserabilista da realidade. E a outra face da escola, a mais difícil de edificar. E sem ela, Srs. Membros do Governo, não é possível preparar o jovem a integrar-se no mundo da actividade cívica nem prepará-lo para viver como pessoa. Sem ela não é possível o desenvolvimento dos Açores, nem a fixação dos Açorianos à sua terra porque neles não se desenvolveu nem apreço pelos seus valores culturais nem a sensibilidade para os problemas da Comunidade envolvente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não poderia terminar a minha intervenção sem deixar de me referir a uma outra questão que se prende com uma medida claramente

discriminatória respeitante às ilhas onde, como S. Jorge, estão carecidas de Ensino Complementar.

E preciso criar urgentemente as condições que possibilitem a implementação de tal grau de ensino em termos de eficácia pedagógica e científica. Mas enquanto tal não acontecer, que ao menos a esses jovens seja facultado o acesso ao ensino gratuito, procurando-se assim compensar, pela via administrativa, os inconvenientes da separação da família numa faixa etária em que a convivência parental ainda é imprescindível à normal formação do carácter e da personalidade do jovem.

As medidas tomadas pelo Governo Regional relacionadas com os benefícios sociais e participações aos alunos dos Ensinos Preparatório e Secundário não contemplam esta especificidade regional e ofendem claramente o princípio da desejável harmonização do desenvolvimento regional em todos os seus sectores.

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Todo o processo educativo deve estar centrado nas necessidades da criança e ou do jovem educando. Assim, à escola não só compete dar aos jovens a preparação necessária para a sua vida futura, mas também, e com muita importância, contribuir para a sua formação integral e para a boa formação da sua personalidade, o que passa, em nosso entender, por uma formação baseada em ideias de liberdade, justiça e igualdade. Assim e em primeiro lugar, a escola deve estar ao serviço da criança e do jovem educando, não podendo nem devendo ser, pura e simplesmente, uma instituição destinada à transmissão do saber.

O meio escolar deve ter a possibilidade de fornecer ao aluno, constantemente, as condições necessárias e indispensáveis à sua formação e valorização.

Daí a importância das relações estabelecidas entre o professor e o aluno, e daí também a imprescindibilidade do professor, só o ser de facto, se tiver a preparação não apenas científica, mas também psico-pedagógica. Sem professores com uma formação condigna, não podemos ter escolas à altura das necessidades dos alunos. Ao professor-educador, compete pois estar preparado

para estudar a criança, aprender a conhecê-la, no sentido de efectivamente contribuir para a sua formação integral, justa e equilibrada.

Em relação directa com a escola e o professor, há que existir os centros de apoio mais especializados, com meios técnicos e humanos, que cada vez são mais ricos e variados, e que devem apoiar sob variados aspectos a acção educativa, entre os quais a orientação psico-pedagógica, a reeducação, e a terapia muitas vezes. Na nossa Região estamos muito longe de avançar para esta escola, efectivamente ao serviço dos jovens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Há dias, em Conferência de Imprensa, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura afirmava: "o desenvolvimento harmónico da Região passa forçosamente por um maior e mais profundo investimento na educação, na cultura e no desporto". Nós estamos de acordo com tal tese, como decerto estarão os educadores, professores, animadores culturais e desportivos, pais e encarregados de educação. Porém, consideramos que a realidade é bem diferente, e devemos analisar muito mais essa realidade, do que as declarações de intenções e boa vontade dos membros do Governo. Assim, nas dotações orçamentais, aprovadas a semana passada, e constantes do Plano para 1990, nos sectores da educação, cultura e desporto, não só não vislumbramos "mais investimento" e menos ainda "profundos investimentos". Não há mais investimento, porque as dotações evoluíram apenas ao ritmo da taxa de crescimento do Plano, não atingindo a dotação o previsto para 1990 no PMP 1989/92.

Também não se vislumbram profundos investimentos, na medida em que o Plano apenas contempla os programas a que o Governo já nos habituou, e as acções a desenvolver, em muitos e variadíssimos casos, estão já contempladas para o corrente ano, ou até já apareceram em planos anteriores.

Seria de esperar que com a implementação da Reforma Educativa, nomeadamente com o alargamento da escolaridade obrigatória, dos novos planos curriculares, etc., e tendo sido considerada a educação como sector estratégico, seria de esperar, dizia eu, que a política deste Governo reflectisse estas preocupações, o que infelizmente não acontece.

Graves problemas, tais como:

- as altas taxas de analfabetismo;

- as baixas taxas de escolarização;
- o não cumprimento da escolaridade obrigatória, por uma larga camada da população em idade escolar;
- os elevados índices de insucesso escolar;
- as dificuldades no recrutamento e fixação de professores habilitados profissionalmente, etc.;

não tem sido atacados e resolvidos com a celeridade que seria de esperar e desejar, e consideramos que com a política que está a ser implementada por este Governo, para o sector, não vão ser resolvidos, como não o foram até ao presente, e de maneira satisfatória.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de terminar estas breves considerações sobre a Educação e o Ensino não quero deixar de colocar ao Governo Regional algumas questões que considero de importância para a resolução de alguns problemas que continuam a afectar este sector social:

- vai o Governo Regional diversificar e melhorar os incentivos à fixação de pessoal docente?
- vai ser concretizado o alargamento do subsídio de fixação aos docentes de todos os ciclos do Ensino?
- haverá ou não possibilidade e necessidade de atribuir subsídio para transporte e instalação dos docentes deslocados na e para a Região?
- são ou não imprescindíveis estabelecer apoios que permitam aos docentes usufruírem de habitação condigna, nas Ilhas e nas localidades, onde elas não são fáceis de conseguir? Está prevista alguma acção nesse sentido?
- não seria atractivo à fixação de docentes habilitados profissionalmente se, em localidades ou ilhas, mais carenciadas de professores, fossem concedidas bonificações em tempo de serviço? Pensa o Governo desenvolver algum esforço no sentido de anular esse problema e, se necessário, como o consideramos, dar-lhe o enquadramento jurídico necessário e contribuir assim para um melhor nível do ensino ministrado em toda a nossa Região?

Disse.

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa anuncia que não há mais inscrições na Mesa.

Se mais algum dos Srs. Deputados ou Membros do Governo pretende usar da palavra, agradecia que se inscrevessem porque, caso contrário, teremos que passar ao encerramento do debate, por falta de inscrições, como manda o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio

de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para uma breve interpelação à Mesa.

E tradicional nesta Casa haver alguma coordenação entre as intervenções que se vão fazendo na tribuna - e no caso da interpelação não sei por que é que será excepção - e as respostas do Governo Regional, ou seja, costuma haver alguma coordenação no Plano como inicialmente - e ontem o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas manifestou a intenção de se inscrever na sequência possivelmente da intervenção que foi feita da bancada do PS sobre agricultura - julgávamos que essa inscrição fosse feita, e isto apenas no interesse de não se passar a uma matéria diferente da Agricultura, mas se o Governo mantém a sua intenção de não inscrever nenhum Membro do Governo para este sector ou para outro (não sei se mantém esta intenção ou não?), deixaríamos a pergunta.

Presidente: Como o Sr. Deputado Dionísio de Sousa usou da figura de uma interpelação à Mesa, também gostaria de lhe dar uma resposta.

Quando abriram os debates, dei a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas na sequência da inscrição de ontem. O Sr. Secretário anunciou que prescindia da sua inscrição.

Assim sendo, dei a palavra aos Srs. Deputados que estavam inscritos, e a Mesa tem realmente coordenado este assunto e tem pedido insistentemente aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que façam as inscrições.

Não compete à Mesa, nem o Regimento obriga, que os Srs. Deputados se inscrevam.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria só de, em breves palavras, responder a algumas questões aqui levantadas hoje, hem como a uma de ontem que, por falta de tempo, não abordei.

Em relação à Formação Contínua, gostaria de dizer que ela está perfeitamente estruturada. Tem sido missão da Direcção Regional de Orientação Pedagógica coordenar, não só através do seu serviço de apoio técnico e sistemático que tem vindo a desenvolver toda uma série de acções no campo habitual da avaliação, da dinâmica de grupos, da interdisciplinaridade, etc., bem como de outras que são pedidas pelos Conselhos

Pedagógicos das Escolas.

Cabe às Escolas indicar às Direcções Regionais as acções que necessitam, e a Direcção Regional tem providenciado aquilo que lhe tem sido solicitado. Ainda este ano realizaram-se acções, tanto para os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, como para Educadores de Adultos, Animadores Pedagógicos, etc., antes do arranque do ano lectivo. E lembro-vos que vamos passar a ter, a partir de agora, a colaboração activa do CIFOP, que também dispõe de 96 mil contos, e que tem a seu cargo Formação Contínua.

Portanto, a Direcção Regional e o Centro Integrado de Formação de Professores estarão de mãos dadas e, com certeza, será algo que será tratado de uma forma muito mais alargada.

Quanto a apoios a alunos de outras ilhas, verifica-se que, presentemente, estão recebendo, dentro dos montantes de que vos falei, nomeadamente dos 88 milhões de contos dos Auxílios Económicos Directos, por exemplo, um estudante que esteja no escalão A recebe entre 8 a 10 mil escudos para material escolar e livros, para além de ter isenção de propinas, pagamento de próteses e equipamento para chuva e paga só 25 \$00 por refeição.

No escalão B essas quantias cifram-se entre os 5 000 \$00 e os 7 000 \$00 e pagam só 50 \$00 por refeição.

Aqueles que estão em Lares de Estudantes pagam 7 500 \$00, e os que não estão recebem um subsídio de 10 000 \$00. E mais de 50% da comparticipação que o Estado dá para o aluguer daquilo que custa um quarto hoje em qualquer ilha da nossa Região. Não cabe ao Estado, portanto, como devem entender, pagar a totalidade das despesas com a Educação.

Finalmente, para terminar, gostaria de fazer referência ao problema do analfabetismo que tem vindo ao longo dos anos a ser referido nesta Casa, apontando-se a Região Autónoma dos Açores como uma daquelas em que o panorama é mais denso.

Digo-vos que isto tem causado a "indignação" - é a palavra correcta - de todos aqueles que se têm esforçado, ao longo de todos estes anos, na causa da Educação de Adultos.

Digo expressamente ao Sr. Deputado Francisco Sousa, que tem trazido sempre este problema à Assembleia, que os nossos colegas do 1º Ciclo do Básico, agora os que estão empenhados no 2º Ciclo do Básico, têm sentido de forma bastante "dolorosa" - é o termo - esse insulto que, ano a ano,

tem vindo a ser feito nesta Assembleia.

Ainda no ano passado - e leio aqui no Diário das Sessões - mais uma vez se diz que "a Região Autónoma dos Açores é uma das que tem maior índice de analfabetismo em Portugal". E isto quando já se sabia - e o Sr. Deputado Francisco Sousa, o ano passado, tinha os números que eu tenho aqui - que tínhamos passado para uma taxa de 17%, enquanto noutras regiões, como, por exemplo, o Alentejo se cifrava em 28.9%, o Algarve em 28.4%, a Madeira em 24.5%, etc., etc..

Portanto, reportando-nos a 80 - ano base dos censos - a média no Continente era de 20.3%, 22.6% na Região Autónoma dos Açores e 29.8% na Madeira. Mas se fossemos ver outras regiões do país veríamos, por exemplo, que Beja tinha 38.2%, Castelo Branco 34.6% e indo para o interior iríamos encontrar percentagens igualmente elevadas. Só no litoral - Lisboa, Aveiro, Porto e Setúbal - é que tínhamos taxas dos 12 aos 18%.

As acções sócio-profissionais que têm sido feitas - e o Sr. Deputado sabe-o perfeitamente bem - têm uma componente de alfabetização muito forte. Elas são o chamariz para trazer pessoas à alfabetização, que não é só a alfabetização inicial, mas também o combate ao analfabetismo regressivo.

Muitas das pessoas que vão para cursos de cortes, malhas, bordados, etc., até têm a escolaridade obrigatória e dentro dessa acção cultural que lhes é ministrada pelos coordenadores de ilha ou de zonas está-se a combater o analfabetismo regressivo.

No ano passado nós tivemos 92 cursos do 1º Ciclo do Básico, 40 do 2º Ciclo e 114 sócio-profissionais, e este ano temos 96 do 1º Ciclo, 44 do 2º Ciclo e 66 sócio-profissionais, em que, como vêem, os sócio-profissionais vêm descendo e, nestes cursos, o maior componente não é na parte sócio-profissional, mas na parte da alfabetização.

Quanto ao sucesso, que foi aqui posto em causa, digo-vos que nos cursos do 1º Ciclo do Básico ele é, sem dúvida alguma, maior do que 60% e no 2º Ciclo de 70%.

E eu terminaria, convidando o Sr. Deputado Francisco de Sousa, ou quem quisesse desta Casa, a visitar qualquer um dos nossos Cursos de Educação de Adultos e ver efectivamente, o trabalho que lá se faz.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

Deputado Francisco Sousa (PS): Em Outu-

bro visitei três desses Centros!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Após termos na semana passada apreciado e discutido o Plano e Orçamento da Região para 1990, entendeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desencadear para esta mesma sessão o mecanismo regimental da interpelação ao Governo Regional sobre política geral com mais incidência nos sectores da Agricultura, Turismo e Educação.

Na nossa perspectiva esta legítima iniciativa parlamentar não ocorreu no momento mais adequado, por razões que se nos apresentam como óbvias e que se prendem com uma clara sobreposição de matérias e de âmbito de discussão.

Qualquer outro momento, quer na sessão anterior, quer na próxima, afiguraria-se mais adequado e anularia certamente os inconvenientes atrás referidos, possibilitando até mais um momento de debate geral e alargado sobre a governação regional e que seria, naturalmente, de todo desejável.

Assim não entendeu o Grupo Parlamentar do PS e está no seu pleno direito. A nós, cabe-nos a obrigação de acatar a presente iniciativa e contribuir para que a mesma, apesar de tudo, atinja mais um momento de profícuo trabalho e reflexão parlamentar como é apanágio desta Assembleia Legislativa Regional e de quantos nela participam há mais de doze anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao debater a política geral desta Região temos também que ter em conta o papel desta Assembleia Legislativa Regional no seu contexto de primeiro órgão da Autonomia. Tudo o que afecte este Parlamento afecta também, necessariamente, a nossa Região.

Por muito que custe a alguns, somos e seremos o garante da nossa Autonomia e a sua melhor imagem. Só assim se aceita e se exige que o Governo Regional responda perante nós pelos seus actos e omissões, dependendo politicamente da nossa vontade, em nome e representação do povo dos Açores.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: E pois neste quadro que a dignificação desta Assembleia Legislativa assume papel de relevo no processo da governação regional.

Não falta, no exterior, quem se empenhe

em denegrir a imagem do Parlamento dos Açores, quer por maldade, quer por desconhecimento da nossa função e, porque não dizê-lo, pela falta de tradição parlamentar que caracteriza a jovem experiência autonómica regional, e até pela marginalização a que muitas vezes somos sujeitos, mesmo por aqueles que mais obrigação têm de nos respeitar e dignificar.

Daí que a legítima defesa da Assembleia Legislativa Regional e do seu bom nome e imagem comece portas dentro e por aqueles que têm estrita obrigação de o fazer, que somos todos nós Deputados e Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como já perceberam, esta modesta mas sincera reflexão vem a propósito da forma como têm decorrido os nossos trabalhos nesta sessão legislativa e da imagem que deles tem sido veiculada para o exterior.

Somos pela animação dos debates. Defendemos a frontalidade de posições. Aceitamos o calor e a discussão ideológica. Achamos indispensável o humor apropriado. Em suma, desejamos que se pratique nesta Assembleia as mais nobres tradições do verdadeiro Parlamentarismo, pese as nossas limitações e inexperiência colectiva. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não se resvale para situações e práticas que prejudiquem a nossa superior missão e a imagem que possa sair para aqueles que nos elegeram e que em nós justificadamente confiam.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos que dar o exemplo na nossa postura parlamentar.

Se é verdade que o momento político e eleitoral que se avizinha a nível Autárquico perfigura cenários de renhidas campanhas e de acesa discussão partidária e ideológica, saibamos separar as águas e reservar para os momentos e locais próprios os tradicionais diálates.

Ao cabo e ao resto, não faltarão oportunidades para os partidos e candidatos se degladiarem, mas que se poupe a Assembleia Legislativa Regional a este tipo de comportamentos, que em nada nos beneficiam. De resto, todos e cada um têm a sua quota de responsabilidade na salvaguarda da dignificação desta Assembleia Legislativa Regional que, continuará, estamos certos, a impôr-se, exemplarmente, no próprio quadro nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No âmbito das várias estratégias possíveis

para participar neste debate suscitado pela interpelação do PS, todas elas respeitáveis, mas que até conduziram ao facto de, ontem, talvez pela primeira vez na história desta Assembleia, se ter interrompido a reunião um pouco antes da hora regimental, por falta de inscrições, vamos continuar a nossa reflexão sobre a política geral do Governo iniciada a semana passada aquando da apreciação do Plano e Orçamento para 1990.

Ultrapassada que está a análise daqueles documentos para a qual nos empenhamos activamente, importa agora tirar algumas ilações.

Antes de mais interessa concluir que ficou inequivocamente demonstrado que o Governo Regional teve que introduzir nos últimos meses significativos desvios à programação e calendarização previstas no PMP 89/92, aprovado nesta Assembleia, na sequência de profundas mudanças no quadro dos financiamentos previamente definidos e que acarretaram retrocessos estruturais nas metas para o crescimento do Investimento do Sector Público Administrativo na Região.

Aliás, esta realidade já preocupa os nossos agentes económicos, o que está bem patente no parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores quando claramente aponta para o perfeito irrealismo e impossibilidade de se continuarem as acções previstas no Plano de Médio Prazo para 1990, adiantando que se devem reformular os objectivos e programas de acordo com a realidade financeira actual.

Só o Governo Regional não quis reconhecer esta realidade. Só o Governo Regional acha normal que se retirem 6,2 milhões de contos a um Plano Anual que estava para ser dotado com 40 milhões e não explica o que é que vai deixar de fazer, o que é que vai ser adiado, que objectivos foram alterados.

Fica-se com a ideia de que este Governo vai fazer com 34 milhões de contos o que estava para fazer com 40 milhões. É mais um milagre em que só o Governo Regional acredita e aqueles que a paixão cegou.

(Risos do PS)

De certa maneira, ainda bem que o Governo Regional insiste em tapar o sol com a peneira porque nos facilita a tarefa de o denunciar. Bem mais difícil seria nossa missão se o Governo Regional adoptasse uma postura mais realista e reconhecesse as consequências evidentes das limitações

do quadro financeiro em que se move.

Aliás, discordamos frontalmente da estratégia global de condução da política governativa, tal como o Executivo aqui a deixou transparecer nestes últimos dias.

O Governo não é claro nem transparente na apresentação das suas graves e preocupantes condicionantes financeiras. Não dialoga com a oposição. Não partilha dos seus, que também são nossos, problemas. Antes os oculta, embora deficientemente. Quando os denunciámos, como é nossa obrigação, e lhe tocamos nas feridas, reagem emotivamente e quase nos acusam de estarmos a contribuir com o tal "clima ameaçador" que pode vir a servir terceiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Se é verdade que temos que estar, o mais possível, unidos perante o exterior, não é menos verdade que temos que estar solidários e confiantes no que internamente nos deve unir também.

Já o dissemos no passado e tornamos a alertar no presente. O Governo Regional não pode aspirar a ter o apoio da oposição só e quando dela precisa e em circunstâncias de evidente aflicção. O processo de diálogo democrático e de solidariedade autonómica deve ser constante e transparente. A oposição não pode ser, politicamente, o bombeiro do Governo, nomeadamente quando os fogos se apresentam incontroláveis.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ademais não podemos auto-limitar o nosso direito e dever de denúncia das incorrecções governamentais em legítima defesa do Povo dos Açores, que também representamos, só pelo facto de podermos criar alguma dificuldade na concretização das eventuais estratégias governamentais, tanto mais que estas se têm afigurado inconsequentes, logo incorrectas.

As nossas reivindicações, como Região, seja perante quem fôr, têm que assentar em bases sólidas e transparentes, uma vez que a era das meras jogadas políticas já deu os seus frutos. Ou nos entendemos a este respeito ou o Governo Regional continuará a isolar-se cada vez mais. A chantagem no sentido de que quem não está com a estratégia do Governo Regional não é autonomista já não sensibiliza ninguém.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Regressemos à política geral do Governo.

O grande erro desta administração, como também ficou demonstrado na semana

anterior, tem residido na dificuldade de articular os meios financeiros disponíveis com a capacidade e ritmo de execução. É a total inaptidão para o planeamento.

Nós até compreendemos. Possivelmente nem é por mal que o Governo envereda por este caminho da imprecisão, que acaba por tornar quase inútil o exercício anual e quadrienal de submeter a sua programação a esta Assembleia. Até admitimos que poderá ser por uma ilimitada vontade de tudo fazer no mais curto espaço de tempo. Isto é, possivelmente será por excesso de bondade que o Governo Regional se compromete a fazer em 4 anos o que é para fazer numa década e se propõe realizar num ano aquilo que acaba por fazer num mandato de quatro anos. Talvez seja por querer andar em excesso de velocidade que assistimos a tanto acidente, a tanta infracção ao código parlamentar e ao código democrático. E quando lhe pedimos, no cumprimento do nosso elementar dever, que sobre no balão para avaliarmos do seu grau de consciência, o Governo nega-se.

E aqui é que está o mais grave. Este Governo não admite ser minimamente controlado por quem tem obrigação de o fazer. E o pior é que aqueles que estão com ele, neste intranquilo autocarro, em vez de sujeitarem a fiscalização de quem os conduz, irreflectidamente ajudam-nos a esconderem-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta máquina está com gastos excessivos. Todos sentimos isso. Na última semana demonstrámos com vários exemplos. Não serve de nada ignorarmos as preocupantes e perigosas perdas de óleo. O povo é que está a pagar.

E também neste domínio a nossa fiscalização deveria fazer-se sentir. A forma galopante como as despesas correntes crescem nalguns departamentos é assustadora. Já que conseguimos que o Governo apresentasse a esta Assembleia o seu Orçamento corrente desagregado por departamentos e capítulos deveríamos, coerentemente, fazer uso da faculdade que nos assiste de questionar o Executivo sobre aquilo que se nos afigura indispensável.

Mas, infelizmente, o que se assiste é, exactamente, à total ausência de esclarecimento pelos responsáveis de tais anomalias orçamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nestes, como noutros casos, não está apenas em causa a racionalidade e a austeridade a que devem obedecer os gastos públicos e o funcionamento da máquina administrativa regional. E também a imagem do próprio sistema autonómico.

E, ao cabo e ao resto, a moralização da Administração e a nossa capacidade efectiva de exigir que nos confiemos meios financeiros a que temos direito para promover o nosso legítimo desenvolvimento. Mas para recebermos apoio para a farinha que precisamos temos que poupar no farelo. E assistimos exactamente ao contrário, com a conivência de muitos que tinham obrigação de se imporem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já tivemos oportunidade de salientar, nos últimos dias, as lacunas das políticas sectoriais e a incapacidade geral de execução que caracterizou este Governo.

Quanto aos grandes objectivos e estratégias do Governo Regional alguns comentários se nos oferecem. No que respeita à Valorização Cultural e Ligações à Comunidade Açoriana no Exterior - grandes objectivos do Governo Regional - temos que admitir que a acção do Governo, e nomeadamente do seu Presidente, não só atingiu o objectivo como, provavelmente, ultrapassou todas as expectativas, já que dominados os circuitos europeus, incrementadas as actividades regionais em toda a parte Norte do Continente Americano, com incursões de Costa a Costa, o Governo Regional conseguiu projectar-se a si e, certamente, à Região no próspero Império japonês e demais centros de decisão do Oriente, sem descuidar o estabelecimento de pontes para o Norte de Africa. Está, pois, de parabéns. Ultrapassou as metas do Plano, previstas no Plano de Médio Prazo.

(Risos do PS)

Aliás, como já tivemos oportunidade de salientar, o que caracterizou o 1º ano de mandato deste IV Governo Regional foi a excessiva ausência dos Açores do Sr. Presidente e a profunda crise financeira com as consequentes rupturas de Tesouraria que afectaram a própria credibilidade do Executivo.

Quanto ao outro grande objectivo do aumento da eficácia e qualidade dos Serviços Públicos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, julgo que estamos conversados.

Importa ainda reflectir no grande objectivo que constitui a transferência para o sector

privado do papel de motor do crescimento económico, numa perspectiva de maior responsabilização dos agentes privados.

O Governo e esta Assembleia já conhecem as dúvidas do Grupo Parlamentar do CDS sobre a eficácia do que o Governo Regional tem realizado neste domínio.

Mas importa ter presente a opinião dos próprios interessados, isto é, do sector privado da Região. Para os empresários dos Açores a falência dos pressupostos à política financeira do Governo para 1989, com as conhecidas consequências nos atrasos nos pagamentos, atrasos nas adjudicações de obras e implementação de outros programas, deixaram obrigatoriamente o sector privado dos Açores mais debilitado do que no princípio do ano.

Os investidores açorianos têm mesmo consciência de que se não se proceder a alterações que levem à redução dos custos do sector público, até porque nos encontramos perante uma nova realidade financeira, o Plano para 1990 corre mais uma vez o risco de alimentar expectativas que não serão cumpridas.

É este o quadro que temos. Isto não é ser miserabilista, nem pessimista. É tão só trazer à reflexão política a inequívoca posição do sector privado, no qual o Governo depositou a principal tarefa de promover o desenvolvimento económico dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não se diga que este Governo falhou em tudo, porque isso não é verdade.

Não se diga que este Governo não fez um esforço na construção de infraestruturas, porque isso não é verdade.

Não se diga que este Governo não se esforça, nalguns sectores, por fazer o seu melhor, porque isso não é verdade.

Mas, temos que ter bem presente, a necessidade de se proceder a profundas alterações de comportamento por parte de muitos responsáveis sectoriais e a uma reformulação geral da postura governativa, quer no quadro institucional, quer no próprio relacionamento corrente entre poder e oposição.

Vozes do PS: Muito bem!

O Orador: Que o Governo Regional saia desta Assembleia com mais vontade de acertar e que tenha a humildade suficiente para reflectir sobre aquilo que lhe dissemos ao longo destes dias de discussão e debate.

Também nem tudo o que dizemos será eventualmente correcto ou adequado, ou até adequado, mas fazemos um esforço

nesse sentido.

Como conclusão diríamos que o Governo Regional deve reflectir seriamente no sentido de que quem não concretiza o que promete, naturalmente não atinge os objectivos a que se propôs.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num fim de semana húmido com a brisa própria de fins de Outubro, reuniu-se o Secretariado do Partido Socialistas em Magna Assembleia com seu Grupo Parlamentar para balancear o lastro do barco em que navegava e ver depois o apuro que ficava.

Deitaram contas à vida e viram que o barco dava mostras de fadiga.

Foram apeados uns tantos, que embarcaram despercebidos, e, para prosseguir viagem, tiveram que embarcar tudo quanto apareceu e até puseram viseiras para alguns deixar entrar.

O comandante do barco contemplava o mar, que diz ser sua paixão e sua arte, e deixou-o navegar ao sabor das ondas e guiado pela mão do Comissário.

Deputado Albano Pimentel (PS): E a hora da poesia agora?!

O Orador: Este, que é arguto e experiente, foi mudando as coordenadas e alterando as posições. Entretanto, as calafetagens deram de si, e aquilo que parecia ser um mar de rosas tornou-se, de repente, num mar de espinhos.

Da euforia do embarque à calmaria da viagem, segue-se a dúvida da atracagem e qual a campanha que vem.

Vai daí, o Comandante, num rompante, para mostrar que tem mão no leme, resolve saltar ao mastro e, da ribalta que o sustém, dita ordens para atacar em toda a frente, sem olhar aos meios que tinha, e a quem ia apanhar.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pescador da Barca Bela!

O Orador: O importante, para o Comandante, é salvar-se, porque, acima dele, mais ninguém.

A ordem é acatada e, atabalhoadamente, reúnem os conselheiros para gizarem o plano que tem por fim... botar abaixo por botar...

O Comandante ensaia-se para o embate; mas depressa descobre que tem perfil para actor... Perde o verniz que tanto lhe custou a secar e passou a ir a todas... para ver em qual delas melhor se saía.

(Risos do PSD e do Governo)

Não interessa o que se diz; interessa é que saia bem. Se for mentira... tanto se dá... porque de tanto repetir até passa a ser verdade, mesmo que da mais refinada infâmia se tratasse.

Deputado Duarte Pires (PS): Na Serra de Santiago!

O Orador: A ordem é... ao abate... o que é preciso é dizer mal de tudo e de todos, e para tão nobre função o Comandante escolhe todos por igual; sejam nobres ou plebeus, servos ou senhores.

A táctica está definida e os arautos anunciam que a acção vai começar para ao combate responder.

A arrogância do Comandante cega as hostes; e estas correm tudo quanto é canto para as ideias alinharem e também para buscarem a razão que não acharam.

O vazio é tão grande que mal dá para explicar.

O Comandante atrapalhado manda distribuir a cartilha...

Deputado Ricardo Barros (PS): Um Governo irresponsável responde assim!

O Orador: ...feita por sábios de fora que trouxeram seus livros para copiar e para dar.

Deputado Albano Pimentel (PS): Isto é um Governo Naval!

(Risos do PS)

O Orador: Aliviado por este feito, o Comandante manda lição estudar. Põe as mãos nas ancas, enche o peito de ar, e com ar de Tarzan, bramindo aos quatro ventos, vai lançando botadas contra tudo quanto é gente.

De forma arrogante, autoritária como convém, Comandante fica surdo a quantos devagarinho vão ao ouvido dizendo que os ventos semeados depressa cresceram e não tarda nada que se ponha a tempestada.

As vozes vão crescendo e há no barco quem pense que o Comandante esquece que, destruindo tudo e todos, destrói sua própria embarcação.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E Campismo e Obras Privadas!

(Risos do PS)

O Orador: Outros vão dizendo que não é bom esquecer que a terra firme que pisam é suor dos que foram e dos que são.

Comandante logo pensa que há insubordinação e para tão grande mal atalhar, manda as hostes confortar pelo monge que de lá longe foi trazido, com sacrifício e dor, por de lá ter partido.

(Risos do PSD e do Governo)

Mas conslado por ver do seu trilho arredadas as faltas que além passou agora compensadas com as abundâncias d'aquém.

Para animar as hostes é preciso educá-las e fazê-las passear depois de bem regadas com a última colheita.

Logo pensam que conselhos só o conde os pode dar, porque sendo ele feudal, gostando de passear, boa colheita há-de guardar.

(Risos do PSD e do Governo)

Começam os preparativos com grande fogo de vista, mas quando a vela sobe as hostes dão por si a torcer um pleito que teve o seu efeito no Plano de noventa.

Todos tentam recuar porque faltam munições, mas o Comandante embaraçado manda avançar, dizendo, em bom tom, que o Comissário mudou e agora na outra banda fez arromba de monta com a TV por sua conta.

(Risos do PSD)

O Comandante espuma, fica branco cor de cera, bota fogo pelos olhos, grita, grita bem alto, mas as hostes percebem que mestre... mestre não é ele...

Deputado Albano Pimentel (PS): O Sr. Secretário parece a Natália Correia!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E a pécora da Natália Correia!

(Risos do PS)

O Orador: Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Procurei de forma rápida trazer a esta Câmara o I acto de uma peça chamada "Interpelação PS".

Deputado Fernando Fonte (PS): A Barca Bela!

O Orador: Fi-lo com os condimentos disponíveis e adaptando-a às personagens que entram em cena.

Pela peça ficou demonstrado que o PS errou na sua estratégia ao apresentar esta interpelação. Porque não tinha matéria para debater durante a discussão do Plano e do Orçamento furtou-se ao debate, num gesto que é peculiar e a que nos vai habituando o Partido Socialista.

As intervenções até agora feitas são pobres, ensopadas numa linguagem pretensamente teórica, desenraizada da realidade concreta da Região e fruto da chamada política "mudar a partir de fora" inaugurada com a actual liderança socialista.

Este PS não é o PS que outrora conhecemos...

Deputado Fernando Fonte (PS): Era mais pequenino!

O Orador: ...mesmo com outras lideranças mais modestas e menos vistosas.

Este PS é apenas o PS da arrogância...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas este Secretário é o mesmo!

O Orador: ...que destila ódio e semeia a intolerância na sociedade açoriana.

E um PS vazio de ideias, alheio ao debate sério e honesto. E o PS da vaidade.

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas está a incomodar vocês!

O Orador: A política do PS é a política de terra queimada e faz pena ver hoje discursos como os do Sr. Deputado Francisco de Sousa que contrastam profundamente com a abordagem séria e positiva de outrora que ela aqui trazia.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ai Sr. Secretário... Sr. Secretário!...

O Orador: A nossa sociedade não pode estar à mercê de um Partido Socialista que enverga as vestes da divisão, do ódio e da instabilidade.

O PS fez uma interpelação de política geral com incidência na Agricultura, Educação e Turismo.

Da política geral até agora nada disse.

Da agricultura, além do discurso demasiado recortado para o orador, nada disse que mereça registo, salvo as contradições que o texto encerra e a sua inadequação ao que se vive nos Açores.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa já filosofou, no passado, sobre agricultura com melhor aproveitamento.

De educação, apenas ficam as generalidades banais e a constatação daquilo que o próprio Governo publicamente anunciou quanto à construção dos equipamentos escolares.

Deputado Francisco Sousa (PS): E não cumpriu!

O Orador: Foi um discurso que meteu dó, porque mal concebido e de muito fraco aproveitamento.

Deputado Francisco Sousa (PS): O seu é que é bom!...

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se alguém tinha dúvidas sobre a capacidade

deste PS, hoje sai daqui perfeitamente esclarecido, porque o PS não tem ideias novas, não tem propostas novas, não tem gente nova. O PS mostrou-se como o gigante da oposição com pés de barro.

(Risos do PS)

Deputado Fernando Fonte (PS): Tens que pagar direitos de autor!

O Orador: O Povo Açoriano já disso se apercebeu e é tarefa de todos nós continuar a demonstrar.

O Partido Socialista perdeu esta interpelação.

(Risos do PS)

...porque é incapaz e porque não sabe!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Fernando Fonte (PS): Ainda não acabou!...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E para pedir um rapidíssimo esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do "Campismo e Obras Privadas", não me referindo, obviamente, à parte inicial da sua intervenção que teria talvez lugar no "Romanceiro" de Garrett mas ele efectivamente já morreu e o Teófilo de Braga também.

E pena que nenhum deles esteja cá para recolher!...

O esclarecimento que queria pedir ao Sr. Secretário Regional do "Campismo e Obras Privadas" relaciona-se com uma afirmação, entre outras tantas, em que se falava de mentira.

Gostaria de perguntar por que é que o Sr. Secretário afirmou aqui que no caso concreto da Serra de Santiago havia "valas abertas para pôr um deputado do PS".

Os deputados do PS deslocaram-se à Serra de Santiago e a única coisa que lá encontraram foi aquilo que lá sempre existiu: vacas, lixos e um burro anão, Sr. Secretário!

(Risos e aplausos do PS)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): E seu irmão, com certeza!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Era burro, mas não era poeta!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sempre que tenho vindo a esta tribuna

(e não só) tenho procurado dar uma visão clara e objectiva daquilo que é a situação da agricultura açoriana.

Num debate deste tipo seria extremamente importante, para além das perguntas que são feitas pela oposição, tentar equacionar o problema de uma forma global e, depois, partir para o particular.

Por mim entendo que uma discussão deste tipo deve começar, antes de mais, por uma revisão do diagnóstico da situação agrícola da Região, depois avançar com as medidas de política e os mecanismos que são postos em prática para corrigir as anomalias e, finalmente, ter uma visão, ou seja, testar aquilo que foi anunciado e aquilo que foi feito: se realmente tem tendência a corrigir essas anomalias ou se, pelo contrário, não se adapta e a velocidade com que são executadas essas soluções não é, de facto, consentânea com a velocidade da necessidade de mudar.

E começaria por dizer que na área do diagnóstico da situação agrícola da Região, pela parte que me cabe, tenho chegado o mais profundamente possível.

Creio que nunca vi nesta Assembleia nenhum diagnóstico da agricultura, nem em nenhuma documento disponível por parte da oposição, que tenha ido tão longe como nós temos ido.

E começaria por dizer que estas questões agrícolas, isto é, as questões que normalmente são discutidas na agricultura, não são exclusivamente características da Região.

Um documento muito recente da autoria da Comissão das Comunidades Europeias, um documento que pelo seu título inequivocamente transcreve as preocupações da Comunidade sobre esta matéria, ou seja, "O Futuro do Mundo Rural", diz que "**nos últimos 30 anos** se notaram tendências de mudança forte no mundo rural da Comunidade".

Vejam bem que isto vem demonstrar aquilo que sempre tenho dito: que mudanças estruturais na agricultura levam muitos anos. A Comunidade já fala em "tendências fortes nos últimos 30 anos".

Por outro lado, é a própria Comunidade que vem dizer que algumas dessas mudanças "se acentuam no crescimento das explorações com mais de 50 hectares", substituindo, no entanto, algumas pequenas explorações sobretudo nos países do Sul, ou seja, caminhamos para uma dimensão na Comunidade que, na nossa agricultura, na nossa Região, seria, de certo modo, impensável nos tempos mais próximos.

Aliás, das 166 Regiões que caracterizam hoje a Comunidade, apenas 10, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conseguem ainda manter acima de 30% do emprego total. As restantes estão abaixo de 10%.

Por último, uma frase que poderia até ser tirada de documentos do Plano ou dos documentos que a Região bem conhece: actualmente metade dos agricultores têm 55 anos ou mais e, entre estes, perto de metade não têm sucessor.

Daqui a Comunidade passou por detectar três "problemas-tipo" da agricultura comunitária, e no terceiro problema-tipo que a Comunidade caracterizou, fala das "zonas mais marginalizadas de acesso frequentemente mais difícil, tais sejam, as zonas de montanha e certas ilhas", para depois concluir que "este problema-tipo das ilhas e das regiões mais marginalizadas requer um processo de desenvolvimento inevitavelmente lento e exigindo um esforço contínuo". E isso para que se mantenham as populações rurais nessas mesmas zonas e se evite a sua desertificação.

Tive também oportunidade de afirmar - e isto para referir algumas das questões que foram aqui levantadas e para que não se diga que o responsável pela Agricultura nos Açores, nos últimos anos, não tem estado atento a estes problemas e à sua evolução - no "III Congresso da Agricultura Açoriana" há pouco tempo realizado, que "o agricultor está cansado de burocracias, e todos nós, os que estamos ao seu serviço, devemos entender isso mesmo, procurando dinamizar a nossa actuação, tornando-a cada vez mais eficaz e contemplando cada vez mais um maior número de agricultores.

Estamos fartos de saber - e continuo a citar - que o emparcelamento, o redimensionamento da exploração, o número excessivo de agricultores e a sua formação, a necessidade urgente de mais caminhos de penetração, de abastecimento de água e de energia eléctrica, são os problemas bem conhecidos".

Aliás, também afirmei: "que não se podem pedir padrões europeus de produção e da qualidade da mesma sem proporcionar os meios que tal aconteça".

Fui até ao aspecto muito particular - que é um aspecto de conjuntura - de afirmar que "a esmagadora maioria dos problemas da insatisfação que se vive hoje no sector decorre da falta de crédito e das elevadas taxas de juro".

Também num outro Congresso da Agricul-

tura, ou seja, no discurso do "II Congresso da Agricultura dos Açores" tive a oportunidade de afirmar que "a passagem de uma agricultura tradicionalista, sem horizontes, a uma agricultura moderna, com tudo o que a palavra implica, não se faz sem sacrifícios, ainda por cima numa Região com as características da nossa".

Apresentei também nesse Congresso, claramente, os grandes estrangulamentos com que se defronta a agricultura dos Açores, voltando a referir alguns deles, como sejam: a população activa, a população envelhecida, a estrutura fundiária, a falta de dinamismo da organização institucional da produção, o pagarmos cada vez mais caro os factores de produção e o custar-nos cada vez mais dinheiro colocar o nosso produto.

Por último, num documento também extremamente importante, ou seja, o enquadramento do Plano de Médio Prazo 89/92, referia, nessa altura - e este documento está recolhido no próprio Plano - que "a estratégia global de desenvolvimento da agricultura deveria, objectivamente, dirigir-se à exploração", e aí se definiam as três explorações diferentes que em qualquer agricultura aparecem claramente: aquelas que são economicamente viáveis, aquelas que estão potenciavelmente viáveis e que devem ser objecto de cuidados especiais para poderem sobreviver, e aquelas que, pela sua inviabilidade económica, devem ser objecto de medidas de apoio aos rendimentos, o que não é mais do que ir ao encontro da política comunitária nesta matéria, quando ela própria, através das indemnizações compensatórias, tenta compensar esse problema.

Evidentemente poderia citar outros documentos aqui trazidos a esta Casa que, na minha opinião, claramente caracterizaram a agricultura açoriana.

Não queria, no entanto, deixar de referir um documento que, aliás, foi amplamente distribuído, que já aqui foi citado várias vezes pelos deputados da maioria, e que neste debate do Plano de 90 viu-se até ser citado pela oposição, concretamente o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, ou seja, algumas reflexões sobre o sector agrícola e a economia da Região.

Aí tive oportunidade de referir o problema do circuito dos transportes; o problema grave da agricultura açoriana, em algumas das nossas ilhas, pela ausência de concorrência perfeita, ou seja, por uma concorrência imperfeita e que coloca em grandes dificuldades o agricultor; o problema das infraestruturas;

o problema efectivamente importante do emparcelamento e do dimensionamento da exploração.

Tive ainda a oportunidade de referir nesse documento que "**as mudanças estruturais em agricultura**, nomeadamente as que levam a um melhor dimensionamento da exploração com o necessário emparcelamento - sem o que sem a modernização não é possível efectuar-se - **são efectivamente lentas em situações como a nossa**".

Não queria também deixar de referir, nesta parte introdutória da minha intervenção, um documento que foi lido aqui nesta Assembleia aquando da apresentação da "Lei de Orientação Agrícola", ou seja, na primeira intervenção que proferi nessa altura, em que referia: "Saliente-se que esta proposta visa essencialmente a exploração agrícola, a pecuária ou a florestal como unidade produtiva e não a propriedade rústica, razão por que se inclui aqui o emparcelamento de exploração e o redimensionamento das mesmas".

Referi também a necessidade do tempo "para que essas coisas se passem de uma forma não agressiva do próprio produtor".

Julgo que referi de uma forma geral e citei documentos trazidos a esta Câmara, como documentos levados junto dos agricultores, aquilo que tem sido o pensamento do Governo sobre esta matéria que - repito - **foi profundo, foi honesto** e foi muito mais longe do que aquilo que julgo que a oposição foi.

Daí surgiram as chamadas medidas para ultrapassar esta situação, sejam as medidas de curto prazo, sejam as medidas de longo prazo.

Queria também referir que aquilo que é, em agricultura, considerado "medida de curto prazo" para poder corrigir fenómenos de que ela própria é objecto, isto é, fenómenos agressivos dela própria, são os mecanismos dos preços e a sua evolução, a protecção administrativa dos mercados e o crédito. Para a esmagadora maioria dos produtos da nossa agricultura o mecanismo do preço tem funcionado de forma positiva. Quanto à protecção administrativa dos mercados, enquanto ela nos é permitida, já que ainda não se aplicam, na totalidade, algumas das regras comunitárias à Região, quero aqui referir que também por aí - e salvo raríssimas excepções - essa protecção administrativa foi feita.

Quanto às medidas de médio e longo prazo - e aí estamos a falar de medidas profundamente estruturais - devo dizer

que são aquelas que dizem respeito ao rendimento, no que respeita às indemnizações compensatórias, e as restantes são a Formação Profissional, a Investigação e o Emparelhamento e, evidentemente, as Infraestruturas, estas que podem ser também de curto prazo, ou seja, os caminhos, a água e a luz.

Mas vejamos por que é que um sector como este é objecto de tantas críticas e objecto de tantas reflexões:

Um sector que representa 29,5% do Produto Interno Bruto - no caso da Grécia, por exemplo, que é considerado o país mais pobre da Europa, é apenas de 15,5%, no caso da Irlanda de 10,7%, no caso da Alemanha de 1,8% -; que representa 91,9% do valor das exportações - no caso da Irlanda, por exemplo, é de apenas 29,6% -; um sector em que o valor acrescentado do produto com o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras associadas representa 35,5% do Produto Interno Bruto da Região; um sector que possui, para a nossa área, 26 mil agricultores - produtores individuais - dos quais 10.900 exercem mais de 50% do tempo útil na actividade agrícola e com explorações de tipo familiar bastante dominantes e com mais de 58% dos agricultores com mais de 50 anos, este sector, com estas características, tem que ser, de facto, o sector mais importante da nossa economia e, por conseguinte, quando se lhe mexe um bocadinho mexe-se com muitas coisas e com muita gente.

A verdade, porém, é que este sector tem evoluído de uma forma interessante nos últimos anos, muitas vezes imperceptível, mas atrevo-me a afirmar que uma autêntica revolução se processa no interior da nossa agricultura.

Um dos dados importantes que vem caracterizar esta minha afirmação é que, nos últimos anos, ocorreram alterações significativas na estrutura fundiária, ou seja, na redução clara do número das explorações com menos de 5 hectares e no aumento das explorações com mais de 10 hectares.

Mas se fossemos à procura de um outro indicativo da realidade que se vive actualmente na Região sobre esta matéria - e vejamos o nosso principal produto, aquele que efectivamente tem um reflexo no que nos chamamos de "economias de escala" e se compararmos o ano de 1978 com o ano de 1986, por exemplo - vamos verificar que o leite entregue nas fábricas passou de 178 milhões para 220 milhões.

E interessante verificar que esta evolução se deu no sentido do mercado e não no

sentido da especulação de alguns produtos de difícil colocação do mesmo. Dou, como exemplo, que neste mesmo período a produção de queijo evoluiu de 3.800 toneladas para 7.300 toneladas, mas que se manteve mais ou menos constante a produção de leite em pó, ou seja, a produção excedentária em relação a 1978 foi de encontro ao mercado em produtos já transformados e produtos de primeira linha, tendo-se mantido constante o leite em pó que é, afinal, e ao fim e ao cabo, um produto intermédio.

E evidente que não seria muito difícil caracterizar que o nosso principal mercado destes produtos é Portugal Continental.

Todavia, esta produção de leite fez-se, não à custa de um aumento de efectivos - antes pelo contrário, uma vez que até em alguns casos se nota diminuição de efectivos - mas sim à custa daquilo que eu chamo a "eficiência produtiva individual", ou seja, a vaca leiteira dos Açores que produzia, em 1977, 2.300 litros, passou, de forma espectacular, em 1986, para 3.500 litros, ou seja, uma média superior a Portugal Continental, uma média superior à própria Grécia e, em alguns casos, à própria Espanha.

Aliás, esta minha insistência neste factor é para vos alertar da importância disto: nós produzimos cerca de 20% da produção nacional de leite, porque, de lacticínios transformados, estamos até numa percentagem superior.

Por último, um dos factores importantes que caracteriza a evolução da agricultura é o consumo de adubos e a maquinaria agrícola. Mas no consumo de adubos nós estamos, embora ainda com médias inferiores à Europa desenvolvida, com valores extremamente interessantes, ou seja, cerca de duas vezes o mesmo valor que é utilizado no Continente, sobretudo quando se fala de adubos azotados.

Não queria deixar também de referir aquilo que é um número extremamente interessante e até diria espectacular, ou seja, a distribuição sectorial da população activa:

- Em 1960 o sector primário era de cerca de 60% dessa população activa;

- Em 1981 baixa para 31,4%;

- Em 1987 baixa espectacularmente para 25,6%;

- Os números muito recentes de 1989 falam já de números abaixo dos 23%.

E evidente que este decréscimo da população activa agrícola foi feito à custa do sector terciário e de facto o problema

de terciarização dos Açores é um dos problemas mais importantes da nossa economia e que a todos deve trazer preocupados.

Chamo, no entanto, a atenção de que o valor da agricultura não se pode medir apenas pelos tais 23% que hoje podemos ter na população activa do sector primário.

Não nos esqueçamos que parte da terciarização dos Açores e parte do sector secundário estão afectos à economia agrícola.

Gostaria de vos referir, relativamente a algumas questões e um pouco em resposta às grandes críticas que o sector é objecto nesta Câmara, aquilo que ultimamente vem sendo feito, apresentando alguns números que reputo de extremamente interessantes. Vejamos as Associações de Agricultores e as Cooperativas, ou seja, o apoio de que o sector tem sido objecto.

E desde que estou na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas que surge um grande incremento nas Associações de Agricultores, hoje praticamente existentes em todas as ilhas e até já o nascimento das chamadas "Associações de Jovens Agricultores". Mas para que não se diga que elas foram abandonadas a si próprias, comparemos os apoios financeiros dados em 1987 com os apoios financeiros já concedidos em 1989:

- Enquanto que em 1987 essas Associações foram objecto de apoios financeiros da ordem dos 12 mil contos, em 1989 já receberam 231 mil contos.

Um outro aspecto extremamente interessante é o da Formação Profissional. Era uma das lacunas graves da nossa agricultura, e um programa aprovado em 87 pela Comissão das Comunidades veio, de facto, tornar possível, não só na área dos cursos como na área das infraestruturas, uma realidade que era realmente uma das nossas maiores necessidades. E chamo a atenção - e só para referir o ano de 1989 - que cerca de 387 agricultores já passaram pelos nossos cursos de Formação Profissional. Muito brevemente iremos inaugurar o 1º Centro de Formação Profissional do arquipélago, em Matos Souto, no Pico, e já estão adjudicadas as obras dos dois restantes - aliás como referi aquando da discussão do Plano para 1990. Mas o programa que dura, para já, até 1992, irá contemplar 272 cursos de Formação Profissional, abrangendo cerca de 4.000 agricultores.

Uma outra área que reputo de extremamente importante para a viragem, para a modernização para uma agricultura mais competitiva - e tenho-o dito aqui algumas

vezes e tenho até recebido algumas críticas pelo facto de me referir sempre a esse sector - é o sector da investigação.

Neste momento, com organismos estrangeiros e já com alguns técnicos nossos, atingindo uma craveira invulgar nesta matéria, cerca de 22 Projectos de Investigação foram desenvolvidos no caso das forragens e bovicultura.

Aliás, esta Formação Profissional e esta experimentação têm sido objecto de "dias abertos" a todos os agricultores da Região e deslocando até agricultores de ilha para ilha. Ainda este fim de semana, na Ilha Terceira, 350 agricultores terceirenses visitaram os nossos Centros de Investigação, localizados nos Serviços, e tive a oportunidade de estar com cerca de 110 Jovens Agricultores a quem foram entregues diplomas de Formação Profissional e com quem mantive um diálogo de outra natureza. E impressionante verificar - não sei se alguns dos Srs. Deputados têm essa sensação - que tem havido, sobretudo nestes últimos 3 anos, um acentuado rejuvenescimento da nossa agricultura.

Quanto ao problema do 797/85, tive a oportunidade de dizer no III Congresso da Agricultura que a aplicação de um aspecto do 797 - atenção ao que estamos aqui a falar porque o 797 contempla variadíssimas áreas - mas, dizia, apenas numa delas temos de facto seriíssimos problemas, ou seja, na área do investimento, porque nas outras áreas esses problemas não se levantam.

Tenciono muito brevemente anunciar alguma flexibilização do sistema. Gostaria de aqui dizer que essa flexibilização não depende de Bruxelas, porque as regras que o 797 contém, nos aspectos do investimento, são regras dirigidas a todos os países comunitários e, como toda a gente sabe, um regulamento chamado "horizontal" não pode conter excepções. Essas excepções têm que ser introduzidas por uma outra via.

Mas, mesmo assim, queria referir que dos 394 Projectos até agora apreciados, dos quais foram recusados 88 na sua esmagadora maioria por ausência de contrato de arrendamento, 149 foram aprovados parcialmente e 157 aprovados na sua totalidade, mesmo assim, repito, neste curto espaço de tempo, o montante do investimento global foi de cerca de 1.200 mil contos (um milhão e duzentos mil contos), sendo o valor do subsídio de cerca de 616 mil contos.

Um outro aspecto muito importante,

e que pode ser medido pelo valor do subsídio concedido, é a motomecanização. Aliás, eu julgo que nas agriculturas modernas, ou melhor, dois dos coeficientes que se utilizam para medir a modernização de uma agricultura, são o seu índice de motomecanização e o seu índice de consumo de adubos.

Na motomecanização, quadro, aliás, que se altera um pouco com o aparecimento do 797 na Região - já que a partir do aparecimento do 797 na Região o nosso apoio à motomecanização só é feito para equipamento que não exceda 1.800 ECUs - vamos comparar os dados dessa mesma evolução. E vamos comparar, Srs. Deputados, anos muito recentes:

- No ano de 1982 foram contemplados 467 agricultores com o valor de 25 mil contos;

- No ano de 1986 foram contemplados 1.049 agricultores para um montante de 100 mil contos.

Mesmo assim, com o decréscimo da motomecanização em virtude da introdução do 797, em 1989, ou seja, este ano, estão contemplados 1.905 agricultores para um montante de 85 mil contos.

Se recuarmos ao ano de 86 e verificarmos que o valor do subsídio é de cerca de 30% do valor final da maquinaria, estamos com um ano (1986) de um investimento global no sector acima de 300 mil contos, o que é extremamente significativo.

Existem também algumas situações pontuais, uma das quais extremamente interessante, que é a daquilo que se tem feito no Pico com o chamado "Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário", com a entrega já de 147 explorações completamente modernizadas, tendo sido objecto de mais valias técnicas extremamente importantes.

Um outro aspecto do Regulamento 797, este, sim, que tem funcionado em pleno e a Região até tem tido o orgulho de ser a primeira Região do País a apresentar os seus números e a fazer distribuir as chamadas "Indemnizações Compensatórias", tem uma evolução também extremamente interessante.

No primeiro ano da sua aplicação, ou seja, no ano de 1987, nós contemplámos apenas 3.845 agricultores para um montante de cerca de meio milhão de contos.

No ano de 1988 já contemplámos 5.379 agricultores com um montante de 743 mil contos.

Este ano contamos contemplar 6.053 agricultores, ou seja, quase o dobro do

ano de 1987 para um montante de cerca de um milhão de contos.

É interessante, no entanto, referir que estes números têm um acréscimo, digamos, da indemnização média individual: em 87 era de 132 contos, em 88 de 138 contos e em 89 será de 155 contos.

Referi também que o Estado Português apresentou à Comunidade a necessidade de uma indemnização compensatória suplementar em virtude das intempéries de há 2 anos. Essa indemnização foi concedida; esta, sim, é paga na totalidade pela Comunidade, enquanto que as anteriores são pagas metade pelo Governo Regional (Estado Português) e metade pela Comunidade. Essa indemnização, que será paga imediatamente a seguir a esta, anda à volta de um valor de cerca de 300 mil contos.

Na sequência e em relação a alguns aspectos aqui referidos, queria apontar um aspecto que também tem sido referido, e algumas vezes com razão (a lentidão não pode ser desculpa mesmo que ela seja necessária), e que é o problema da actuação do IROA e, concretamente, da aplicação da Lei de Orientação Agrícola na Região.

Tive a oportunidade de referir que alguns dos mecanismos indispensáveis à aplicação correcta da LOA, e que eram absolutamente necessários, tinham tido alguns atrasos e que só agora é que, finalmente, tínhamos alguns desses mecanismos à nossa disposição. Mas vejamos a acção do IROA (Instituto Regional de Ordenamento Agrícola) que se pode dividir em duas áreas completamente distintas: por um lado a acção legislativa, que não é menos importante e, por outro lado, aquilo que chamaria "a acção executiva".

Na acção legislativa foram elaborados e trazidos a esta Assembleia diplomas extremamente importantes, como a definição da unidade de cultura, a fixação dos limites máximos da área das explorações de acordo com o artigo 40º da LOA, a fixação de níveis mínimos de utilização dos solos, etc., e, por último, a sua acção executiva. E aqui foram já executadas cartas de capacidade de uso dos solos, em colaboração, aliás, com a Universidade dos Açores: estão publicadas as cartas de Santa Maria, S. Miguel, S. Jorge, Faial e Graciosa; com trabalho de campo já realizado serão publicadas brevemente as cartas das Flores e Corvo; as Ilhas Terceira e Pico possuem um esboço de carta bastante adiantado, que será rectificado para publicação posterior. Mas um aspecto extremamente impor-

tante e que era indispensável para a prossecução dos objectivos da Lei de Orientação Agrícola, era a definição das zonas prioritárias de intervenção.

As zonas prioritárias de intervenção, com base, evidentemente, nas cartas de capacidade de uso dos solos, foram já definidas para as Ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e S. Jorge: para S. Miguel cerca de 17.900 hectares; para a Ilha Terceira cerca de 12.250 hectares; para a Ilha do Faial 5.820 hectares e para a Ilha de S. Jorge 4.315 hectares.

Subsequentemente a estas acções que referi, estamos muito perto da definição da "Reserva Agrícola Regional", procedendo-se à sua identificação e demarcação na carta apropriada.

Isto vai permitir uma implementação muito mais correcta, não só dos Planos de Urbanização, como também dos Planos de Ordenamento do Território.

Por último, foi possível elaborar um subprograma para os anos de 90 a 92, a integrar no Programa Nacional de Emparelhamento Rural, já que se prevê ajudas comunitárias substanciais para este aspecto. Estão contemplados cerca de 800 hectares, beneficiando-se 600 agricultores, os quais mobilizarão um investimento superior a cerca de 700 mil contos.

E de referir ainda neste aspecto a primeira experiência de emparcelamento integral na Região, levada a cabo em S. Miguel, com a aquisição do prédio das Covas por 150 mil contos - uma área, enfim, já bastante significativa na freguesia da Ribeirinha. É uma área de cerca de 144 hectares, com uma área agrícola útil de 109, e que se encontra arrendada a 100 rendeiros. Já está praticamente elaborado o seu projecto, e contamos fazer a primeira operação de emparcelamento integral, com os respectivos melhoramentos fundiários, nesta propriedade.

O levantamento da estrutura da propriedade e da exploração nas freguesias de Calheta, Pico da Pedra, Remédios e Ribeira Chã, com base, respectivamente, na planta cadastral e em inquéritos indirectos com vista à regulamentação da unidade máxima de cultura e definição dos limites de áreas de exploração; o levantamento da estrutura da propriedade e da exploração da bacia leiteira de Ponta Delgada, freguesias de Arrifes, Covoada e Relva, estão já a ser efectuados.

No plano do planeamento físico, ou seja, a caracterização das suas redes, esperamos

levar a cabo um projecto extremamente interessante, já que foi possível verificar, para além dos números que tínhamos dos recenseamentos oficiais, que 85% da superfície é explorada por empresários que trabalham mais do que uma parcela.

Julgo que é a ocasião de aqui também referir que, independentemente de algumas críticas que podem ter ou não alguma validade, aquela crítica que já tenho visto aí dita e escrita em vários sítios, ou seja, a de que a Região não aproveita os meios financeiros postos pela Comunidade ao seu serviço, isso não é de facto verdade.

Nós, no âmbito do PEDAP, temos aprovados os caminhos de penetração, agrupamentos de defesa sanitária, estudos para análise da agricultura açoriana e formação profissional.

Montante global destes programas: 4,2 milhões de contos, com uma comparticipação comunitária do valor de 2,4 milhões de contos.

Para aprovação, temos o PRORGR, o programa de sementes, o programa de culturas industriais, o programa de novas culturas e o programa de abastecimento de águas que, aliás, já foi aprovado e está integrado no PEDRAA.

Ainda funciona na Região o programa de pré-adesão relacionado com a florestação.

No Regulamento 355/77 temos o programa para o sector do leite.

- Duração: 3 anos;

- Valor global do investimento: 2,5 milhões de contos;

- Comparticipação Comunitária: 1,25 milhões de contos.

Programa para o sector da carne:

- Duração: 5 anos;

Montante: 3,4 milhões de contos;

- Comparticipação Comunitária: 1,7 milhões de contos.

Isto para referir, evidentemente, os da Agricultura e não os das Pescas.

Por último, não queria deixar de referir dois aspectos extremamente interessantes relacionados com o problema dos caminhos de penetração.

É evidente que isto será, nos anos mais próximos, sempre objecto de crítica dos deputados que suportam o Governo ou dos deputados da oposição: nunca se andarão tão depressa, como seria necessário, em caminhos, água e luz.

Gostaria, no entanto, de referir o que se fez nos últimos 10 anos: - romperam-se em caminhos florestais 350 km;

- romperam-se em caminhos de penetração

500 km, ou seja, um terço do total "de estradas abertas na Região" foram caminhos de penetração ou caminhos florestais.

Apesar de tudo, um número que também seria importante referir é o caso do crédito que eu apontei há pouco como um dos estrangulamentos graves dos problemas de curto prazo.

É interessante referir que, mesmo assim, comparando com o ano de 1985 onde o crédito do Banco de Portugal foi de 838 mil contos, em 1988, ou seja, o ano passado o crédito ao sector foi de 1 milhão e 200 mil contos.

Muito recentemente - aliás foi aqui referido pelo Sr. Deputado da oposição que nós tentaríamos tapar o "buraco" do 797 através de diplomas regionais - devo dizer que nós tentámos de facto fazer isso (a Portaria das salas de ordenha é um exemplo), mas, apesar de tudo, a resposta do sector da lavoura foi espectacular.

Na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, neste momento, estão praticamente aprovados 71 projectos: 3 do Faial, 21 da Terceira e 27 de S. Miguel. Esses 71 projectos referem-se a um total de investimento de cerca de 66 mil contos para um total da responsabilidade da Agricultura e Pescas de 37 mil e 800 contos.

Não posso deixar de terminar com uma consideração que julgo extremamente importante.

Em virtude do seu sistema produtivo e da sua técnica de produção, claramente dependente da terra, a estrutura agrícola dos Açores é uma estrutura demasiado estável para se poder mexer com ela facilmente. Mas ainda bem que é assim, pois estruturas deste tipo têm virtudes suficientes para poderem resistir facilmente a mudanças nefastas, vindas do exterior.

Por outro lado, é necessário aqui introduzir uma reflexão extremamente importante: o sector, porque é estável e porque tem as suas características técnicas que possui, não é um sector que possa aguentar excessivos endividamentos.

Aliás, alguns dos problemas que temos tido na agricultura, decorrem de endividamentos excessivos para além daquilo que o sector gera.

Vou terminar com umas breves palavras relacionadas com aquilo que tem agitado muito do sector agrícola da Região, e que aqui foi referido pela intervenção da oposição de uma forma muito pouco clara, até porque se referiu a uma nova intervenção sobre esta matéria, ou seja, ao problema do estabe-

lecimento da quota do leite.

Queria esclarecer que desde que aderimos à Comunidade Económica Europeia, desde que existe sistema de quota na Comunidade, que se sabe - volto a referir - que o Estado Português será objecto do estabelecimento dessa quota em Janeiro de 1991.

Por outro lado, os aspectos negociais do estabelecimento dessa quota não foram ainda iniciados, ou seja, o Estado Português ainda não iniciou negociações com a Comissão das Comunidades para o estabelecimento dessa quota, para as suas regras, para os seus critérios. Apenas existe, neste momento, uma Comissão ou um Grupo de Trabalho Nacional, do qual nós fazemos parte, que tem vindo a estudar apenas a situação do sector para se poderem delinear, futuramente, as estratégias negociais.

Destes factos tenho eu dado conhecimento a todas as Associações Agrícolas da Região, a todos os industriais de lacticínios e a todas as Cooperativas.

Portanto, a verdade, se ela não for alterada, é esta que eu acabei aqui de dizer, e não me consta que a Comunidade tenha, em alguma circunstância, alterado a sua conduta no estabelecimento destes regimes.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário, vamos interromper os nossos trabalhos por 20 minutos.

Convoco os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma Conferência, na Sala de reuniões da Mesa da Assembleia, a fim de prepararmos os nossos trabalhos para amanhã.

Estão suspensos nos nossos trabalhos.

(Eram 17.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recommençar os nossos trabalhos.

(Eram 17.20 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A lavoura açoriana debate-se hoje, com o aproximar de Janeiro de 1991, com um dos seus mais graves problemas de sempre.

Efectivamente, da fixação de quotas leiteiras, **resultará um tecto até onde poderá**

ir a produção, que não deixará de se repercutir das formas mais diferenciadas no modo de vida dos nossos agricultores, nomeadamente pelos reflexos que terá no arrendamento rural, na transacção das propriedades e dos animais, etc..

Face à aproximação de tal medida, veio a público recentemente pela boca de responsáveis políticos que, sensato e realista seria termos a quota fixada até **Janeiro de 1991, sendo benéfica a máxima produção possível durante 1990.**

Tal realidade só recentemente foi tornada pública - o segredo é a alma do negócio, e para alguns quanto menos conhecidos do público forem determinadas questões, mais descansados se sentem certos políticos da nossa praça, interessados como estão em manter imagens públicas artificiais e não em debater e resolver as questões essenciais - mas, dizia eu, que face a tal realidade seria lógico ter o Governo Regional tomado medidas consideradas essenciais e indispensáveis com vista a possibilitar aos lavradores dos Açores condições que tivessem permitido um **aumento dos seus conhecimentos** que seriam naturalmente traduzidos em **umentos de produção.**

Lógico teria sido que o Governo Regional tivesse implementado o emparcelamento, e no campo das infraestruturas básicas teria sido normal esperar uma actuação diferente deste Governo, **dito de combate, mas já de espada enferrujada por não combater nas áreas onde todos esperavam**, como sejam na feitura de caminhos de penetração, no levar a energia eléctrica e a água às explorações numa demonstração de quem teria aprendido a lição de 9 de Outubro e estaria disposto a alterar o seu comportamento.

Mas não. Este Governo que temos prefere adiar a construção das infraestruturas básicas, esquecendo que hoje a opinião pública já não entende nem perdoa a inoperância nesta área, até pelas consequências nefastas que nesta hora de integração na Europa **tais atrasos representam para o desenvolvimento da agricultura e consequentemente para o aumento da produção** e pelo que a falta das mesmas representa em termos do **melhoramento das condições de vida**, perspectivando ainda o **umento do rendimento que os lavradores açorianos hoje tanto necessitam.**

Estando prevista a fixação de quotas a partir de Janeiro de 1991 esperava-se que tal facto tivesse sido encarado pelos governantes que temos com a **importância**

devida, pelos reflexos que terá na economia do sector. Teria sido lógico esperar deste Governo a preocupação com estes problemas e que tivesse atempadamente desenvolvido medidas de política **devidamente programadas e calendarizadas** como forma de atingirmos aquele que no nosso entender deveria ter sido um objectivo deste Governo: **maximizar o aumento da produção leiteira dos Açores** e ter procurado **minimizar as diferenças de produção por cabeça entre as diversas ilhas** em especial nas consideradas com aptidão para a produção leiteira.

Para atingir tal objectivo entre outras medidas consideramos duas importantíssimas: aumentar o número de vacas e aumentar a produção por vaca.

Em relação ao primeiro aspecto queremos daqui mostrar a nossa discordância em relação ao que foi feito na Região. Quanto a nós, a importação de novilhas feita nos últimos anos deveria ter sido inicialmente acompanhada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e os animais importados deveriam ter sido submetidos a **contraste de produção**, até porque é do conhecimento geral que a ambientação é um factor importantíssimo. Sempre que impomos aos animais condições climáticas diferentes das que estavam habituados, **consideramos importante conhecer-se com rigor o seu comportamento ao novo ambiente e as suas produções até como forma de orientar convenientemente o seu comportamento futuro.**

Mas em relação ainda às importações de novilhas convém referir que teria sido fundamental que a sua importação, **em vez de tardia**, como está actualmente acontecendo, tivesse sido programada e calendarizada com vista a permitir o seu aproveitamento máximo em termos de produção.

Para tal convém tomarmos conhecimento do quadro seguinte:

1 animal com o 1º parto aos 2 anos produz 75% da idade adulta (6 anos)

1 animal com parto aos 3 anos produz 85% da idade adulta

1 animal com o parto dos 4 aos 5 anos produz 92 a 98% da idade adulta

1 animal com parto aos 6 anos produz 100%

A partir dos 8-9 anos decresce gradualmente a sua produção.

Podemos assim concluir que a **produção máxima** dos animais agora importados só será atingida daqui a **3 ou 4 anos.**

Em relação ao segundo aspecto, aumento da produção por vaca, convém referir que é fundamental conjugar o potencial genético

do animal com a alimentação e neste aspecto não entendemos qual a razão porque **não são conhecidos nem ministrados aos lavradores açorianos** os conhecimentos resultantes da **investigação e desenvolvimento para o sector da produção animal** nos Açores, levados a efeito pelo Instituto de Agricultura da Irlanda.

E que não percebemos qual o motivo porque não são do conhecimento dos destinatários as investigações efectuadas, nomeadamente na **produção de forragens e no melhoramento das pastagens**, sabendo-se como se sabe que são factores importantíssimos até por serem os **menos onerosos** em termos de uma boa alimentação animal que teria como consequência o aumento da produção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que nos seja possível vencer pela modernização o desafio da integração europeia importa congregar meios, aptidões técnicas, recursos financeiros internos e comunitários, capacidade empresarial e força do trabalho no sentido dessa mudança.

E por isso que defendemos que **teria sido fundamental** a implementação de programas julgados indispensáveis **como a definição atempada de medidas de política de investigação e desenvolvimento para o sector até porque depois de fixadas as quotas** o aumento de produção será congelado, portanto, ter-se-ia justificado uma **acção conjugada de extensão rural**, à semelhança do que acontece hoje na Europa, pois só assim a implementação do objectivo para nós essencial do aumento da produção leiteira nos Açores **teria sido acompanhada das indicações técnicas indispensáveis para tal**.

Esta medida afigura-se-nos de primordial importância e não compreendemos a razão da sua não implementação, até porque responderia na prática a um grande anseio de todos os lavradores, que é o de tirar os técnicos dos gabinetes e colocá-los junto dos produtores, **única forma de provocar a alteração das mentalidades** que tem como consequência lógica a sua quota parte de influência na modernização e no aumento de produtividade.

Estamos convencidos que a extensão rural devidamente planeada e calendarizada teria tido um impacto altamente favorável ao nível do aumento dos conhecimentos dos nossos agricultores: é que, no fundo, a extensão rural não é mais do que **um sistema de educação informal que assiste à população com vista ao melhoramento dos sistemas e técnicas de produção agrícola,**

ao aumento da eficiência das mesmas e por consequência dos rendimentos bem como a melhoria dos seus níveis de vida.

Fica assim demonstrado que a ausência de uma política integrada e participada para o sector, acrescidos como é óbvio dos estrangulamentos decorrentes da nossa condição insular pode, a curto prazo, ter repercussões gravíssimas para a Região até porque ao não desenvolvimento em tempo útil, irá certamente juntar-se outro problema, pois a **fixação de quotas congelará os nossos sistemas de produção até os menos eficientes**. Portanto, uma vez que não se pode produzir mais, a alternativa é chorar na cama que é lugar quente, o desperdício de tempo e a oportunidade perdida.

A responsabilidade política por tais erros não pode passar impune. Quem em 13 anos de Governo não foi capaz de prever o futuro, nem promover políticas de promoção do desenvolvimento do sector, quer pela falta de política de **modernização dos seus métodos, quer pela inoperância**, deixando perder oportunidades **únicas** que não deixarão de ter reflexos negativos no nosso **futuro**, não pode passar sem ser responsabilizado.

E como dizia certo dirigente da lavoura terceirense: "os erros dos políticos comem à mesa connosco" - e eu acrescentaria "infelizmente".

Por tudo isso, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, o seu nome ficará célebre e eu voltaria a acrescentar... infelizmente!

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ao eleger o turismo como uma das áreas prioritárias do desenvolvimento regional o Governo criou a expectativa de que, desta feita, era mesmo a valer.

Todavia, passado que é quase um ano sobre a data da aprovação do seu Programa, e apesar das intervenções sempre optimistas do Sr. Secretário do Turismo e Ambiente, há indicadores que demonstram de forma inequívoca que os objectivos alcançados ao fim deste lapso de tempo estão longe dos anunciados.

A publicação do Relatório de Execução do 1º Semestre de 89 veio trazer-nos a confirmação das nossas preocupações sobre

a gestão deste sector económico.

O P29 - "**Apoio à Actividade Turística**" apresentava uma taxa de execução de 17,8, havendo mesmo dois Sub-Programas - o 29.4 - "**Estruturas Físicas Turísticas**" e o 29.5 - "**Organização**" - que se mantinham ao nível zero (pag. 10).

Ao nível zero encontrava-se também a execução da desagregação por ilhas deste Programa 29 e do P30, o que vem sendo já habitual.

Que análise devemos fazer e que conclusões extrair da observação destes dados, sobretudo quando cotejadas como o enorme enumerado de boas intenções com que o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente brindou esta Câmara no dia 13 de Dezembro do ano passado?

Bom, para amigos e para irmãos, como é o caso, eu diria que esta situação não é nada famosa, mas na qualidade de deputado da oposição, não posso deixar passar em claro esta oportunidade sem referir que a situação, a nível da execução do Plano 89, é preocupante.

E que ou o turismo é um sector prioritário ao longo de todos os dias do PMP 89/92 (e c 1º dos quatro anos aproxima-se do seu termo) ou então ele só ganha o estatuto de prioridade quando convém ser ultra-periferia da Europa.

O Relatório de Execução de Janeiro a Setembro de 89 continua a não ser favorável, porquanto a taxa de execução se queda ainda pelos 58,3 (pag. 10). Contudo, convém referir que esta taxa se consegue, em grande parte, devido ao contributo do P30 - "**Divulgação/Promoção/Animação**", o qual pelas suas características é, como se pode calcular, de rápida execução, atrevendo-me mesmo a afirmar que, como sói dizer-se, não chegará para as encomendas. (Em Setº a taxa de execução era já de 92,9).

Ao invés, porém, os já citados programas 29.4 e 29.5 apresentam taxas da ordem de 1,6 e zero, respectivamente.

Resta-nos agora aguardar a publicação do último relatório para ver se esta época, sempre propícia a uma execução mais acelerada do Plano, tem o condão de fazer com que os gastos com o turismo atinjam valores compatíveis com a sua condição de sector prioritário.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Já foi publicado, Sr. Deputado!

Deputado Fernando Fonte (PS): Estás a dormir!...

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

Regional:

O Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores, vulgo PNIC, dado o valor global de 18,3 milhões de contos de investimento que representa, pode, sem dúvida, ajudar a conseguir alcançar de forma mais eficaz os objectivos a que a Secretaria do Turismo e Ambiente se propôs.

O exemplar do PNIC que possuo contém na pag. 4 a distribuição dos 18,3 milhões de contos da seguinte forma:

FEDER, 12.225,5 milhões de escudos;

Orçamento RAA, 6.087 milhões de escudos;

Despesa Privada, 1,9 milhões de escudos;

A publicação "O FEDER nos Açores", da responsabilidade do DREPA, na pag. 32 apresenta a mesma quantia global mas distribuída de modo diferente:

FEDER, 12.226 milhões de escudos;

Orçamento da RAA, 5.138 milhões de escudos;

Despesa Privada, 951 milhões de escudos.

O que significam estas alterações tão consideráveis sobretudo ao nível da Despesa Privada?

Uma das críticas que normalmente se ouve fazer a este PNIC é o facto de o Sub-Programa 1 - "**Estruturas Físicas Envolventes**" - estar dotado com cerca de 8,9 milhões de contos (só para estradas e miradouros vão 7 milhões de contos e para energia 1,3 milhões de contos) e o Sub-Programa 2 - "**Estruturas Físicas Turísticas**", e que integra 14 acções, estar contemplado com 7,8 milhões de contos, o que pode querer significar que mais do que o desenvolvimento do sector do turismo, propriamente dito, houve a intenção nítida de conseguir subsídios comunitários para sectores que, é inegável, estão relacionados, melhor dizendo, interligados com o turismo.

Daf que este sector tenha, quase de repente, sido catapultado para área prioritária do desenvolvimento regional.

Seja como for, o que é que neste ano de 89 já se realizou no âmbito do PNIC?

Foi ao menos constituído o "Comité de Acompanhamento que zelará pela execução física e financeira do PNIC para RAA?" (pag. 5).

Quando da discussão do Plano 85 o então titular da pasta do turismo informava esta Câmara que fechariam 85 com 2.500 camas e que até final de 88 esperava chegar até 3.500. Entretanto, o número referido a pags. 26 do PNIC para 1990 (e creio que deve ler-se 1991) é de 3.000. Acresce que o Serviço Regional de Estatística dos Açores,

na sua edição de Agosto último (pag. 16) refere que o número total de camas nos estabelecimentos hoteleiros da RAA é, em Agosto, de 2.915, faltando, portanto, apenas 85 para o número atingir "após a execução do PNIC em causa", (pag. 26).

A minha especialidade, como os Srs. Deputados bem sabem, não é números nem camas, mas há aqui qualquer coisa relativamente ao número de camas que não acama bem!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Uma das tarefas que se esperava ver realizada em 89 - e que não foi - era a publicação da Lei Orgânica da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente.

Embora um deputado da bancada socialista já a isso se tenha referido, não posso também omitir essa referência nesta minha intervenção.

O Sr. Secretário do Turismo e Ambiente sabe tão bem ou melhor do que eu que a situação em que se encontram os Delegados do Turismo é desprestigiante para eles próprios, de uma forma muito particular, mas também o é para si e para o Governo de que faz parte.

Além disso, às Delegações de Turismo deverão estar cometidas diversas atribuições que, decerto, irão fazer com que a imagem do "Faz que anda e não anda" se dilua.

Ao contrário do que o Sub-Programa 29.2 - **"Ordenamento e Enriquecimento da Oferta Turística"** (Anexo 89, pag. 85) previa, não foi criado "um quadro definidor de zonas de desenvolvimento turístico prioritário".

Na minha opinião, a não implementação desta medida vem ajudar a fundamentar ainda mais a ideia de que no turismo muito se prometeu, mas não se conseguiu cumprir a promessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O Programa deste Governo dedica, na pag. 30, um parágrafo "ao turismo proveniente das comunidades açorianas dos EUA, Canadá, Bermuda e Brasil".

O que se passou neste Verão, com determinadas companhias, foi um verdadeiro HORROR!

A culpa não é só do Governo Regional, mas se tal situação se voltar a repetir, lá se vai mais uma das boas intenções deste Governo.

No que diz respeito à conquista de novos mercados, é de fundamental importância que se organize melhor a nossa capacidade

de oferta a nível da diversificação (e aqui continuo a não entender a tão pouca atenção que se tem dado ao vulcanismo) e que se consigam melhorar as ligações aéreas com o arquipélago, sob pena de ser muito difícil celebrar contratos duradouros em mercados europeus que nos podem interessar bastante.

A Formação Profissional tem que ser dado um maior impulso (só 56.3 em Setembro de 89 - pag. 10). Caso contrário, não teremos nem o turismo de qualidade de que se falava há pouco nem a qualidade do turismo de que fala agora o Sr. Secretário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Espartilhado como estou pelo Regimento, não me posso alargar mais.

Há dias, nesta Câmara, ouvi com invulgar atenção o brilhante discurso do líder Parlamentar do PSD, a quem já tive oportunidade de felicitar pessoalmente pela qualidade e sobretudo pelo alcance da mensagem aqui deixada.

Penso que a soube descodificar, como agora é vulgar dizer-se,

Ressalvadas as respectivas diferenças, saibam os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, particularmente o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente, entender a minha.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorrido um ano da tomada de posse do IV Governo Regional, que apostou no Turismo como uma das áreas prioritárias a desenvolver durante os próximos anos - ao contrário do que o Sr. Deputado Renato Leal tentou aqui mostrar, dizendo que nada tinha sido feito - vou apenas dar alguns exemplos daquilo que foi feito e das nossas perspectivas para o futuro.

No programa do Governo aprovado por esta Câmara, refere-se que uma das principais condicionantes ao desenvolvimento do Turismo açoriano era a relativamente fraca capacidade de alojamento hoteleiro e a incipiência geral da nossa oferta turística.

Tendo em vista ultrapassar esta situação havia pois que estimular e acompanhar de perto as intenções de investimento e os investidores no sentido da real exequibilidade dos respectivos empreendimentos, obedecendo sempre aos requisitos de qualidade pretendida para a oferta turística.

Face à dinâmica e empenho imprimidos, foram apresentados e estão em apreciação 42 processos relativos a construção, ampliação, remodelação e reequipamento de unidades hoteleiras e meios complementares de alojamento turístico, tendo sido já aprovados 12 dos primeiros e 8 dos segundos.

Na área dos equipamentos complementares, nomeadamente na da restauração e animação turístico-desportiva foram apresentados 43 processos de novas construções e 3 de ampliação.

Do conjunto de projectos já aprovados e com financiamento assegurado até ao presente momento atinge um valor global de investimento de 1.548.371 contos, que adicionado ao previsível até final do ano rondará 1.868.469 contos.

Isto não são já meras intenções. Muitos casos já estão executados, são processos que já se encontram num estado tal de avanço que, logicamente, poderão ainda os seus proponentes desistir, mas não é crível, dada a fase em que se encontram neste momento.

Para além destes valores, convém referir que ao abrigo do SIFIT, só na 2ª fase candidataram-se 7 projectos, representando um valor de investimento de 1.339.346 contos.

Havendo indicadores seguros que na 3ª fase os projectos atingirão no mínimo um milhão de contos, poder-se-á afirmar que só no âmbito daquele sistema, que conta com a participação de verbas do FEDER, o montante global de investimento será da ordem dos dois milhões 330 mil contos - (repite 2 milhões 330 mil contos).

Adicionando este valor aos dos projectos financiados e a financiar até final do ano, pelo Sistema de Incentivos Regional, o montante total dos investimentos aprovados ascenderá a um valor superior a **4 milhões de contos**, o que representa 4 vezes mais as intenções manifestadas durante 1988.

Através destes dados consegue-se a demonstração cabal da dinâmica gerada no sector privado em torno da ideia do desenvolvimento turístico e do seu crescente envolvimento na formação e desenvolvimento da oferta turística, sendo que até há bem pouco tempo seria difícil de acreditar que de uma aparente inércia se passasse para uma crescente responsabilização e agressividade do sector.

Não posso também deixar de referir que apesar de algumas dificuldades de meios técnicos e humanos, é reconhecido um forte empenhamento dos serviços oficiais e significativa celeridade na apreciação e condução

dos processos, por forma a serem dadas respostas rápidas, **sem contudo** se prejudicar o rigor técnico de apreciação exigido pela complexidade e grande responsabilidade inerentes à natureza dos investimentos turísticos.

Na sequência da política então definida para o sector constata-se que durante o ano em curso a oferta cresceu e se diversificou também na área da animação turística, detectando-se ao nível do alojamento turístico um crescimento da ordem dos 17%, valor este bastante superior à média anual verificada nas restantes regiões turísticas do País, à excepção do Algarve, logicamente.

Neste quadro de franco expansionismo do sector privado ganha especial relevo uma das medidas que o Governo no seu Programa se propõe efectuar, que é "proporcionar à iniciativa privada a possibilidade de adquirir as participações que a Região detém em algumas unidades hoteleiras.

Medida de política mais conducente com o carácter privado da actividade exigida pela dinâmica do mercado internacional de turismo e que permite o início de um novo ciclo em que ao sector privado compete protagonizar a evolução da oferta turística e sua imposição no mercado turístico.

Foi assim já deliberado pelo Governo Regional a abertura de concurso público para alienação das participações financeiras das Sociedades Açortur e Turotel, cujo caderno de encargos se encontra praticamente concluído.

No âmbito do programa de investimentos públicos previstos no PMP 89/92 e parcialmente integrados no PNIC Açores, como o Sr. Deputado acabou de referir, há efectivamente uma distribuição das acções por várias Secretarias Regionais.

Ao contrário do que o Sr. Deputado Renato Leal aqui referiu, há de facto um interesse na construção de infraestruturas que vão directa e indirectamente apoiar o Turismo, ou seja, zonas de elevado potencial turístico têm que ter hoje caminhos de fácil acesso, zonas de interesse paisagístico, miradouros e outras, têm também que ter efectivamente bons acessos.

Temos que melhorar as condições portuárias e aeroportuárias assim como as zonas da aerogare.

Efectivamente, Sr. Deputado, o que se verifica é que há uma grande componente para outros sectores, que não directamente dependentes da Secretaria Regional do Turismo, mas que são acções da competência de outras Secretarias e, como disse, vão

apoiar e beneficiar directamente, e logicamente também indirectamente, o turismo.

No âmbito das acções da competência da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente foram já iniciadas algumas obras e outras estão em curso, ou seja, estão a ser estudados os seus projectos, a elaboração dos trâmites normais com vista à sua adjudicação, que através de concursos públicos quer através de concursos limitados, o que me permite, neste momento, dizer que do conjunto dessas acções mais de 50% já foram iniciadas ou estão em curso.

Queria apenas referir algumas, que já aqui tive oportunidade de mencionar durante o Plano para 1990, e que julgo de grande interesse, como sejam a ampliação do Campo de Golfe das Furnas e a construção de um novo campo na zona da Batalha, tendo o Governo participado na aquisição dos terrenos e no início da realização das obras em valor superior a 200 mil contos.

Foi igualmente concluído o projecto de construção de um Campo de Golfe no Faial, cujo início das obras terá lugar no próximo ano.

Da rede prevista de construção de campos de ténis foram construídos 2 em S. Jorge e elaborados projectos para a construção dos restantes.

No âmbito do programa de apoio às actividades marítimo-turísticas para as quais os Açores revelam especiais aptidões, foi adquirido diverso equipamento nomeadamente câmaras de descompressão, garrafas de mergulho e compressores, para instalação nos Clubes Navais da Região que demonstraram interesse em prestar este tipo de serviço aos turistas que procuram a Região para a prática de tais actividades.

Apesar dos Açores não poderem turisticamente serem vendidos como destino de "sol e praia", foram realizadas diversas obras de aproveitamento em piscinas naturais e construídas instalações balneares condignas em algumas praias da Região.

Esta não é uma das nossas grandes prioridades, mas entendemos, como acabei de referir, que não vem turista nenhum para cá cujos serviços oficiais, através do seu material de informação e divulgação, os promova como zonas de "sol e de praia", e, assim, entendemos que os que cá vêm na época de Verão necessitam de ter boas condições para a frequência das praias.

Entendemos também que paralelamente, o desenvolvimento do turismo deverá beneficiar as populações locais. E nessa perspectiva que entendemos ser importante fazer estes

investimentos. Não os considerámos como sendo de prioridade. Por isso, quer este ano, quer no próximo ano, pensamos que ficarão cobertas praticamente as principais zonas balneares em termos de instalações e também em termos de limpeza das respectivas zonas.

No âmbito da divulgação e promoção turística estarão brevemente em circulação um conjunto de material informativo de larga abrangência, quer porque se destinam a promover diversos produtos ou sub-produtos temáticos (golf, termalismo, turismo cultural, passeios a pé, etc.), como potencia a sua utilização, nos mais diversos mercados turísticos de interesse para os Açores.

Para além disso, assegurámos a realização de um Plano de Acção Promocional, contendo diversas acções de marketing turístico, como participação nos principais certames nacionais e internacionais e outras acções a nível da publicidade e pesquisa.

Apesar de até ao momento os dados estatísticos apontarem para um quase nulo decréscimo do número de dormidas, que se espera ser possível recuperar até final do ano, foi sensível o crescimento do número de hóspedes e também de dormidas do mercado estrangeiro que tem vindo a crescer a ritmo significativamente superior ao mercado nacional, que vai merecer em breve acções de clara intensificação de divulgação e promoção turística do destino Açores.

Relativamente a anos anteriores foi notória a presença mais intensa da Região nos acontecimentos e acções julgados com maior impacto e adequação em termos de promoção turística.

Queria aproveitar para referir que no próximo ano estão já garantidos a realização nos Açores de três importantes Congressos no âmbito do turismo. Não me refiro concretamente aos acontecimentos que se realizam na Região, quer oficiais, quer particulares da Região, como sejam, a "Semana das Pescas", "Jornadas Médicas", etc., mas queria referir que no próximo ano terá lugar nos Açores o "VIII Congresso da Associação de Hoteleiros Portugueses" - que é a maior Associação de Hoteleiros Nacional.

Vai igualmente ter lugar o "V Congresso dos AVIPES" (Agentes de Viagens de Portugal no Estrangeiro) que vai-se realizar no final de Setembro nos Açores e que contará com a presença de 300 agentes de viagens dos mais diversos países do estrangeiro.

Vai ainda realizar-se o "II Encontro Nacional de Ambiente, Turismo e Cultura".

Eu perguntaria se os Srs. Deputados entendem que estes Congressos se realizam nos Açores por mero acaso ou se não será resultado dum esforço da Secretaria Regional em termos de promoção dos Açores.

Está já garantida também para 1991 a realização nos Açores do "IX Congresso da APANT" - que é a Associação Portuguesa dos Agentes de Viagem e Turismo - e que possivelmente reunirá cerca de um milhar de Congressistas na Região.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Muito bem!

O Orador: Se mais Congressos importantes houvesse, mais se realizariam aqui nos Açores!

Na área da Formação Profissional, que é efectivamente uma área em que há necessidade de termos atenção, estou de acordo com o Sr. Deputado quando diz que há necessidade de lhe dar maior atenção.

E verdade! Nós estamos conscientes disso! Por isso mesmo, faz parte do Programa da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos e da Secretaria do Turismo e Ambiente a construção de um bloco destinado unicamente à realização de cursos no âmbito da hotelaria. Ainda este ano foram formados cerca de 100 pessoas, não só no Centro de Formação dos Açores como também noutras ilhas.

Foi elaborado um programa apresentado ao Fundo Social Europeu que inclui acções de formação em várias áreas como Recepção, Serviços Administrativos, profissionais de informação turística itinerante, motoristas de táxis e realização de seminários técnicos destinados aos agentes económicos do sector.

O alargamento em breve de campanhas de dignificação das profissões turísticas, concebido este ano, terá lugar no início de 1990.

Foi igualmente pelo Governo apoiada a realização de formação na empresa levada a efeito por unidades hoteleiras da Região.

O quadro de referência que acabei de citar contém uma série de acções susceptíveis de serem apreciadas pela sua matéria e oportunidade não obstante algumas delas serem, por definição, acções a repercutirem os seus principais efeitos no médio prazo.

A política regional para o sector do turismo não assenta em pressupostos e considerações **de primarismo e imediatismo, eternizando problemas estruturais que sempre condicionariam o desenvolvimento do sector.**

A nossa política é transparente e visa o desenvolvimento dos Açores enquanto destino turístico, pressupondo a existência

e o combate a problemas de fundo do sector, resolúveis, por definição no médio e longo prazos e utiliza instrumentos de acção adequados e eficazes, apreciáveis em si mesmo e na sua qualidade intrínseca, e não, evidentemente, nos efeitos que por definição ainda não puderam gerar.

Estamos conscientes que temos uma política de desenvolvimento para os Açores; que pelas potencialidades que revela merece que continuemos a trabalhar como até agora o temos feito, porque estamos no caminho certo.

E a respeito disso queria exemplificar apenas com um caso que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, ontem, na sua primeira intervenção que aqui fez, se referiu, ou seja, a uma Portaria que dizia respeito a uma decisão do Conselho de Governo de 1987, atribuindo a uma determinada empresa, para construção de um hotel, e que só tinha sido paga a 7ª tranche, Portaria essa que só tinha sido publicada em Maio deste ano.

E assim, sempre o foi, porque se trata da construção de um empreendimento que demora alguns meses e, como tal, o subsídio não é entregue todo de uma vez, mas de acordo com a execução material, o cronograma financeiro apresentado, com a participação dos capitais próprios e dos capitais alheios.

E por isso que o montante do subsídio é distribuído em várias tranches e não é dado todo de uma única vez.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente a alguns dos aspectos que o Sr. Deputado Renato Leal referiu, ou seja, à execução, terei de dizer que neste momento não é preocupante a execução financeira dos programas da Secretaria, ou, aliás, um deles é preocupante, porque já atingiu 98,93% e como o Sr. Deputado disse, não vai chegar para os compromissos e, como tal, faz parte das alterações do Programa. Em planeamento é assim, portanto há necessidade de fazer ajustamentos, e o P. 29, neste momento, já atinge os cerca de 80% de despesas já efectuadas e entregues na Delegação de Contabilidade. Não são de compromissos porque, logicamente, de compromissos ultrapassa este valor e vai ultrapassar os 90%.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E um Secretário falador!

O Orador: Um Secretário falador que vem aqui expor as razões pelas quais fez intervenções optimistas e pelas quais ainda

a semana passada fez intervenções optimistas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Falador e falacioso!

O Orador: Como acabei de referir, pelos dados que aqui estão elas merecem, da minha parte, do meu Governo, que continue optimista porque acredito no desenvolvimento do turismo, e a prova é que a iniciativa privada está acompanhando este processo e também acredita altamente no desenvolvimento do Turismo, Sr. Deputado!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: E já agora, para acabar, relativamente à Lei Orgânica, já outro dia tinha dado a resposta ao Sr. Deputado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não deu!

O Orador: Mas digo-lhe: as pessoas que estão a exercer as suas funções como Delegados de Turismo estão a exercê-las com toda a sua dedicação e todo o seu mérito de trabalho - e neste momento permitam-me aqui louvar o seu empenhamento.

E para terminar diria: quando as Delegações de Turismo estiverem em marcha, isto vai ser imparável, Sr. Deputado!

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Fernando Fonte (PS): Sem competências!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

O trânsito de pessoas e bens, dentro da Região e desta para o exterior, condiciona, sobremaneira, o quotidiano das nossas comunidades. E assim como o transporte marítimo de cargas, cuja regularidade, em especial em algumas escalas, tem causado graves inconvenientes, tanto no abastecimento como no escoamento de produtos. E assim, também, com o movimento de passageiros, inter-ilhas e com o exterior, aquele quase exclusivamente, e este totalmente, feitos por via aérea. E, sendo a mobilidade social absolutamente indispensável numa Região com as características da nossa, onde o acesso a certos e determinados bens e serviços só é possível em algumas ilhas, a questão ganha outra acuidade.

Se o Governo Regional tem responsabilidades ao nível do sector dos Transportes,

elas são acrescidas no que concerne à definição da política de transportes aéreos para a Região, uma vez que detém quota maioritária na SATA-EP.

As questões que, aqui, vou referir, dizem respeito ao transporte aéreo e à SATA.

Facilmente se entende que, nesta altura que antecede a concretização do Mercado Único Europeu e quando se avizinha a liberalização do espaço aéreo, as directrizes traçadas e as opções tomadas condicionarão, fortemente, o futuro próximo e, também, o menos imediato. A SATA está numa fase de transformação que interessa acompanhar de perto. A renovação da frota, o anúncio recente de um acordo com a TAP-Air Portugal e questões que se prendem com o pessoal de voo e de manutenção, devem merecer a nossa atenção.

Desde há já algum tempo que é pública a intenção de dar à SATA uma outra dimensão, o que passaria especialmente pela operação para fora do espaço geográfico regional. A questão nunca foi pacífica, tendo-se, até, verificado uma série de impasses nas negociações que foram sendo estabelecidas entre o Conselho de Administração da transportadora aérea regional e a TAP-Air Portugal.

Recentemente, e na sequência de contactos vários, foi anunciado que a TAP vai ceder à SATA um avião "Boeing 737" que, com as cores da transportadora regional, viajará para Lisboa e, supostamente, para o Funchal. Como contrapartida, a TAP exploraria, em exclusivo, as outras linhas regulares com escala na Região, nomeadamente para a América do Norte.

Este acordo, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, trará consequências gravosas para a SATA, condenando-a a continuar reduzida à sua condição de empresa regional, ainda que possa operar com um, repito, com um, aparelho cedido pela TAP, e retirando-lhe a possibilidade de vir a voar regularmente para outros destinos, como os Estados Unidos ou o Canadá. Depois de uma segunda análise, a noção com que se fica é que, a troco da cedência de um avião pintado de azul e branco, tripulado por pessoal da TAP, a SATA está a hipotecar o seu futuro.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não são ainda públicos os termos do acordo, sabendo-se apenas que a tripulação, isto é, pessoal de cabine e pilotos e engenheiros de voo, serão do quadro da TAP. Tal facto causou profundo desagrado

aos seus colegas da SATA, por razões óbvias. No que diz respeito às condições de cedência do aparelho e à sua manutenção, a única coisa que parece clara, e incontroversa, é que a SATA não tem pessoal de manutenção habilitado a trabalhar no "Boeing 737", pelo que parece inevitável que seja a TAP a fazer a manutenção do avião.

Em face do quadro actual, e relativamente a esta problemática, uma dúvida se me põe no imediato: se a SATA vai garantir, apenas com um avião, todas as ligações com Lisboa ou se, de outra forma, a TAP vai continuar a garantir os actuais percursos de e para a Região. Caso se venha a verificar a primeira situação, haverá que perguntar quantas e quais serão as ligações diárias que a SATA irá estabelecer, com o "Boeing 737". Se, por outro lado, a TAP continuar a operar entre a Região e Lisboa, será natural querer-se saber que vantagens tirará a SATA da operação com um aparelho alheio, com manutenção e tripulação estranhas, numa rota que, também é servida pela TAP.

Deputado Ricardo Barros (PS): Muito bem!

O Orador: Não será esta operação de cosmética, ensaiada pela SATA, para tentar, de alguma forma, reter nos seus quadros, quer pilotos, quer pessoal de manutenção que, recentemente, e em presença das opções tomadas, particularmente por altura da definição do novo equipamento, viram goradas as suas expectativas no que diz respeito a uma operação regular e regularizada para o exterior? Não se tratará, ao fim e ao cabo, de uma última e desesperada tentativa de continuar a garantir os serviços de quadros que por falta de perspectivas de real crescimento da companhia, se têm oferecido a empresas com outro tipo de operação, nomeadamente à Air Atlantis e à própria TAP?

Para tantas perguntas, terá de haver respostas.

E um acordo, ainda em estado embrionário, poderá sempre ser revisto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

A reconversão da frota da SATA, que está prestes a iniciar-se, revelou-se, desde sempre, um processo altamente controverso. A opção por um determinado tipo de equipamento foi extremamente morosa, várias vezes adiada e nunca muito assumida. Depois de experiências várias, de pomposos voos para a classe política e para a Comunicação Social, de certezas e de dúvidas, depois,

inclusivamente, da compra de grande quantidade de peças sobressalentes para aviões que nunca pertenceram à companhia, finalmente, a opção foi tomada. E, pasme-se, a SATA optou por um tipo de equipamento que, a curto prazo, a "British Aerospace" deixará de fabricar.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para além disso, e como se tal não fosse já preocupante, os aviões ATP têm revelado uma fiabilidade algo duvidosa. Na realidade, idêntico equipamento, adquirido pela "LAR - Linhas Aéreas Regionais", em poucos meses de operação tem apresentado problemas vários, tanto ao nível da motorização e de outros órgãos mecânicos, como ao nível dos instrumentos de navegação de bordo. Têm vindo a público, sem grandes segredos, através de sectores ligados à operação aeronáutica e à própria LAR, notícias que confirmam, de facto, problemas como o colapso de turbinas em pleno voo, ou problemas com o trem de aterragem, ou ainda perdas de contacto rádio e falhas momentâneas de orientação e conhecimento da posição.

Estes problemas, e as consequentes e necessárias reparações; custaram já largas somas à LAR, acrescentando ao custo inicial do equipamento verbas que vêm inviabilizando uma exploração rentável.

Por outro lado, em termos de operação, a LAR não tem atingido os níveis de capacidade de passageiros e de bagagem que a "British Aerospace" anunciava como normais para o aparelho, supostamente por se ter verificado alguma incapacidade do equipamento.

Em função destas evidências, e para evitar que venham a produzir-se danos que podem ser muito significativos, julgo que a questão deveria ser criteriosa e minuciosamente analisada, com a frieza que se impõe.

E não é certamente, pela promoção gratuita, pura e simples, do ATP como um super avião, feita das mais diversas formas, que se resolvem os problemas que se vêm verificando com aquele equipamento. A questão é por demais grave para que possa ser tratada como tem sido.

Não deixa de ser muito estranho que certa imprensa regional, depois de ter calado, durante tanto tempo, os problemas que a LAR sentiu na operação com o ATP, venha agora pretender transmitir a ideia que o avião é quase o "melhor do mundo e arredores", só faltando mesmo dizer

que até dispensa a acção dos pilotos. Num à parte, diria eu que, se calhar, é por isso mesmo que certo pessoal de voo vem abandonando a SATA e procurando outras paragens onde os aviões ainda os não dispensam.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não, meus senhores! A situação exige que, em vez do discurso fácil e despreocupado, e da vontade de se convencerem da indubitável qualidade do equipamento, os mais directos responsáveis equacionem seriamente a questão, em ordem a minimizar riscos e evitar consequências futuras.

O povo diz, e tem razão: "homem prevenido vale por dois".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Não quero terminar esta minha intervenção sem fazer uma breve referência aos horários que a SATA adoptou para este Inverno.

A filosofia que esteve subjacente à elaboração destes horários, e no que se refere ao estabelecido para os aviões ATP, vai causar graves problemas às populações.

De facto, ao preverem paragens, ou "toques", nas várias ilhas, para além de se constituírem como incómodo de monta para os passageiros, por acrescidas descolagens e aterragens, os percursos estabelecidos vão aumentar as possibilidades de atrasos e cancelamento de voos para, ou de, vários aeroportos, particularmente para aqueles onde as condições de operacionalidade estão mais penalizadas.

Assim, e para além dos condicionalismos impostos pelas inevitáveis quotas de reserva de passagem atribuídas a cada uma das ilhas, os utilizadores terão de sujeitar-se a viagens extremamente longas e que, sob certas condições, poderão ser muito cansativas. A este propósito, gostaria de referir dois exemplos, capazes de desafiar a mais prodigiosa imaginação: um passageiro que, numa 2ª feira, queira viajar da Graciosa para o Faial, sairá da origem às 09.15 horas e fará os percursos Graciosa/S. Jorge e S. Jorge/Terceira, e mais tarde Terceira/Pico e Pico/Faial, onde chegará às 16.10 horas. Outro exemplo: um passageiro que, numa 3ª feira, pretenda viajar de S. Jorge para a vizinha ilha do Pico, sairá de S. Jorge às 09.00 horas e fará as viagens S. Jorge/Graciosa e Graciosa/Terceira e, mais tarde, Terceira/Faial e Faial/Pico, onde chegará às 16.15 horas. Não duvido que se esteja em presença de uma iniciativa capaz de fomentar o Turismo interno, dando os Açores a conhecer aos açorianos!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A situação, que, de tão disparatada poderá arrancar um largo sorriso ao mais sisudo semblante, não se compadece, no entanto, com esse tipo de postura.

De facto, se destes dois exemplos não se subtraírem naturais atrasos e eventuais cancelamentos, decorrentes de condições atmosféricas adversas, sempre tão frequentes na nossa Região, se compreenderá melhor a razão das preocupações de que vos dou conta.

Ao Executivo Regional cumpre actuar, de imediato. Que assuma as suas competências, em ordem à rectificação do que não está bem, para que a SATA desempenhe a função social que se lhe exige, dentro de um quadro que a possa projectar para um futuro mais risonho do que o que se divisa no horizonte.

O dever assim o exige. O povo dos Açores, e os seus representantes, nesta Câmara, esperam, no imediato, a resposta adequada.

Tenho dito.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto não podia ficar insensível ao que acabo de ouvir, tal foi a falta de fundamento, tal foi a confusão aqui lançada nesta Câmara por quem de facto não tem interesse no desenvolvimento de transportes nesta Região.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Esta é a verdade! E isso que está em causa!

Deputado Albano Pimentel (PS): Não é isso que está em causa!

O Orador: Em primeiro lugar acusam-se empresas de descontinuidade de aviões - o que é grave nesta Casa - sem um mínimo de fundamento. Dizer que uma empresa vai deixar de fabricar um avião sem para isso ter fundamento sério, é muito grave.

Deputado Ricardo Barros (PS): Já está anunciado!

O Orador: Não está anunciado, Sr. Deputado!

Diga-me quando foi que a empresa que fabrica o avião que a SATA escolheu, disse que tinha descontinuado a produção desse avião?

Deputado Albano Pimentel (PS): Veio

nos jornais!

O Orador: Não veio nos jornais, Sr. Deputado! Os Srs. Deputados estão a mentir a esta Câmara!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A empresa não o podia ter feito, nem o fez!

Deputado Ricardo Barros (PS): O Sr. Secretário está a esquecer-se da conversa que teve na Comissão.

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

E falso que a empresa alguma vez tenha dito ter descontinuado os aviões.

- Sr. Deputado, como é que se pode vir para uma Câmara destas dizer que uma ou outra empresa gastou "rios de dinheiro", fabulosas quantias", com "deficiências técnicas dos aviões"?

- O Sr. Deputado não sabe o que é um contrato? O Sr. Deputado não sabe o que é que é uma garantia? O Sr. Deputado não sabe que se esses aviões tivessem, de facto, deficiências, quem suportaria essas deficiências não seria a empresa que os está a operar mas, sim, o vendedor?

Oh, Sr. Deputado, isso é procurar lançar areia para os olhos das pessoas! Isso é procurar, com certeza, que não se desenvolvam os transportes dos Açores!

Deputado Paulo Araújo (PS): Não é, Sr. Secretário! É tentar que não aconteça à SATA o que aconteceu à LAR!

O Orador: E sim, Sr. Deputado! O Sr. Deputado para outra vez estude as questões a fundo, não se meta por caminhos que não domina, não venha fazer acusações aqui a contratos que não conhece...

Deputado Paulo Araújo (PS): Não são acusações a contratos!...

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado!

- O Sr. Deputado sabe que as três empresas que eram alternativas àquela que a SATA escolheu têm o mesmo tipo de motores: os motores que equipam o ATP são os motores que equipam o ATR, são os motores que equipam o FOKER?

(Protestos inaudíveis do Sr. Deputado Paulo Araújo)

O Orador: O Sr. Deputado não sabe! Não se meta por esses caminhos e estude, Sr. Deputado! Isto são questões muito sérias que não podem ficar ao seu nível, Sr. Deputado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política do "bota abaixo"...

Deputado Albano Pimentel (PS): Não é "bota abaixo", é "bota acima"!

O Orador: ...miserabilista do Partido Socialista dessa bancada...

Deputado Fernando Fonte (PS): Há Partido Socialista nessa bancada?!

O Orador: ...é de facto confrangedora: nega o inegável, não vê porque não quer ver, esgota-se num fanatismo primário e doentio!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Permitam-me que lhes leia de novo...

Deputado Ricardo Barros (PS): O Evangelho!

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, espero que Vossa Excelência me autorize a que leia uma passagem do discurso de Sua Excelência o Sr. Presidente da República...

Deputado Fernando Fonte (PS): Há-de ir para assessor!

O Orador: Página 83...

(Risos do PSD)

Deputado Victor Ramos (PS): Já temos a colagem de cartazes garantida!

(Risos da Câmara)

O Orador: Eu sou capaz de lhe pôr a escada e depois lhe dar um empurrão...

(Risos da Câmara)

...a si e a outros mais!

"Nos últimos anos fez-se pelo progresso e desenvolvimento da Região e pela melhoria concreta das condições de vida das suas populações um esforço imenso..."

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não é do Jorge Cabral, pois não!

O Orador: ...sem paralelo na História dos Açores.

Isso deveu-se, em primeiro lugar, à instauração da Democracia e depois, como corolário, à experiência tão rica e pujante...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Da Autonomia!

O Orador: ...da Autonomia Regional a cujos órgãos de Governo próprio...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Felizmente são dois!

O Orador: ...com muito gosto presto louvor, justiça e agradecimento".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Que belos órgãos regionais nós temos!

O Orador: Quem nega o que o Sr. Presidente da República vê, é de facto lamentável!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Fernando Fonte (PS): O que é que isso tem a ver com os aviões?

(Protestos inaudíveis do Sr. Deputado José Carlos Simas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção...

Deputado Fernando Fonte (PS): Perdeste a turbina!

(Risos da Câmara)

Presidente: Se o Sr. Deputado Fernando Fonte pretende usar da palavra faça o favor de se inscrever.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não é necessário!

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

De facto gostaria de manter algum diálogo com o Sr. Secretário Regional da Economia.

Devo dizer-lhe que tenho na minha posse documentos e informações que certamente o Sr. Secretário também tem, mas que não pode revelar por imperativos de vária ordem, mas que eu até podia. Não o faço, simplesmente, porque não tenho tempo.

No entanto, gostaria de lhe colocar uma questão que vai provar que realmente o que eu digo na minha intervenção é a verdade:

- O Sr. Secretário nega que a "LAR"
- Linhas Aéreas Regionais - experimentou, durante a operação com o ATP, uma série de problemas e de entre eles aquele que eu aqui referi?

Era só esta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvoro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não esperam que eu vá aqui dar conhecimento de situações da empresa "LAR".

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu já lá chego!

Deputado Paulo Araújo (PS): E o mesmo avião!

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado! Não se excite! Calma! Deixe-me completar!

E o Sr. Deputado Ricardo Barros, que desta vez não foi acompanhado pelo Deputado Albano Pimentel, tenha calma também!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Estás a planar!

O Orador: Vejam o seguinte:

O Sr. Deputado sabe que problemas com aviões têm experimentado várias companhias: aviões que não se seguram no ar são vários! Isso acontece com as marcas "Boeing", acontece com as marcas "DC" e com todas as marcas de aviões, Sr. Deputado!

De resto, o Sr. Deputado sabe também que a referida empresa não só experimentou dificuldades com o equipamento como experimentou dificuldades com a manutenção, e que grande parte dos problemas resultam do facto de ser uma empresa nova, sem a tradição que tem a nossa empresa em matéria de manutenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Araújo (PS): Isso é parafrasear a questão!

Presidente: Srs. Deputados, se pretendem usar da palavra façam o favor de se inscrever que a Mesa dá a palavra a todos. Mas, por favor, não mantenham diálogo directo.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Se algumas das coisas que aqui vou dizer são a repetição, é porque também já tivemos a segunda dose sobre agricultura.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Transformar uma agricultura tradicional e de subsistência numa agricultura moderna e competitiva é uma tarefa não impossível, mas difícil.

Uma tarefa que exige tempo e grandes recursos humanos e financeiros (e então para as nossas posses!). Mas, não estamos perante uma Região qualquer - estamos nos Açores, senão vejamos:

A descontinuidade territorial, a grande diferença de capacidade de produção das áreas disponíveis em cada uma das ilhas, serão já mesmo dentro de cada uma delas e a qualidade genética do armentio em cada uma das nossas ilhas (que é tão diverso). e exemplo a média de produção por vaca

na Região, que tem variantes de dois mil litros; a capacidade financeira é tão diferenciada (em virtude do valor, também ele diferente, da terra). No Pico 50.000 \$00, Faial 150.000 \$00 e em S. Miguel 400.000 \$00.

As questões inerentes às grandes e pequenas ilhas, tão semelhantes, mas por vezes tão diferentes. A quase alergia que durante muito tempo os agricultores tiveram para formar as suas Associações, e, por último, a falta de um debate aprofundado, como por exemplo, para se concluir se devemos aumentar as nossas produções, carne e leite à custa de importações, ou vivermos das produções internas, etc., etc., e as importações apenas para suplementar sobre tão importante sector da vida açoriana, tudo isto aliado à falta de informação junto das Associações de Agricultores em questões fundamentais e sempre na perspectiva da correcta tomada de decisões.

Conciliar os interesses de todas as parcelas desta Região, os novos e os velhos, produtores e industriais, é complicado, temos de o reconhecer.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Para quem "anda" por dentro da agricultura regional há décadas sabia e sabe da grande vontade sempre manifestada de evolução dos agricultores açorianos, ambicionando para a sua profissão dignidade e melhoria de vida para si e para os seus familiares. São pais como quaisquer outros e filhos como quaisquer outros.

Durante muitos anos a agricultura, ou melhor o agricultor, era a ganga, sinónimo de qualquer coisa de menos digno, de menos inteligente, etc.. Hoje isso começa a ser diferente. São até, em muitos casos, **muito, muito disputadas** as coqueluches de alguns.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

O tempo que nos resta para actualizar o possível na agricultura açoriana é curto, pois estamos envolvidos simultaneamente em três provas: o Campeonato Regional, a Taça de Portugal e as Provas Europeias. É muito para a nossa realidade. Não devemos perder. Não devemos perder, dizia, muito tempo em questões desnecessárias. Temos é que nos entender, arregaçar as mangas e chegarmos ao mais longe que nos seja permitido.

Todos sabem que, em Agricultura, Curto, Médio e Longo Prazos não têm o mesmo significado do que em muitas outras áreas económicas. Não vale a pena fazer de conta porque ninguém acredita.

Perante este quadro a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas teve que lançar as bases necessárias para a evolução tão desejada e necessária. Nalguns casos, em quase todos, um trabalho de base.

Julgamos, pelos dados que dispomos e pelos documentos produzidos, que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tem uma noção precisa do estado actual da lavoura açoriana, das suas necessidades mais prementes, senão vejamos:

Foram feitas cartas dos solos. Na área da Formação Profissional, apercebendo-se da idade dos nossos agricultores e das suas deficientes habilitações, logo organizou cursos sobre diversas áreas como Bonivicultura, Contabilidade Agrícola, Produção e Conservação de Forragens, ordenha e higiene do leite, etc., cursos que envolveram no ano corrente 195 participantes.

Todas as áreas abrangidas são de importância vital para uma correcta gestão dos nossos pequenos recursos.

Mas, temos de dizer que, por falta de técnicos com habilitações nas áreas atrás citadas, houve que fazer cursos para Monitores. Deu início ainda o Governo à construção de outros Centros de Formação Profissional, estando já construído o Centro de Formação Agrária de Matos Souto, na Ilha do Pico. Foram no entretanto já adjudicadas as obras de construção de outros Centros de Formação Profissional (S. Miguel e Terceira).

Foram lançados novos caminhos de penetração que facilitarão grandemente a exploração de áreas até aqui de menor rentabilidade, não só facilitando o seu acesso, como permitindo melhores amanhos, melhor adubação, transporte do leite em melhores condições e até o aumento do número de bovinos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgamos ser necessário, um forte empenhamento de quem governa, na abertura de muitos caminhos de penetração, pois são um dos principais veículos para o desenvolvimento da Agricultura, da Pecuária e da Silvicultura, embora saibamos que de alguns anos a esta parte muito tem sido feito nesse sentido.

Nas ajudas aos lavradores houve critérios, quanto a nós correctos, embora essas ajudas tenham ficado aquém nalgumas áreas, como, por exemplo, a da mecanização agrícola, pelo menos quanto às de carácter colectivo.

As ajudas à aquisição das máquinas de ordenha foi uma medida de largo alcance,

pois vai permitir uma melhoria considerável de muitos milhares de litros de leite, que sem essa ajuda teriam uma deficiente qualidade. Muitos agricultores não têm capacidade financeira para fazer tal investimento. Aqui a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas demonstrou conhecer o meio onde se move, pelos critérios adoptados.

As ajudas à construção de cabanas e salas de ordenha quanto a nós, além de proporcionar uma melhor qualidade de produto do leite, humanizou um trabalho duro e feito a horas certas e perante qualquer situação climatérica.

Não vamos enumerar as acções que a Secretaria da Agricultura e Pescas prevê no seu projecto de desenvolvimento para a Região, mas vamos deixar aqui bem claro que as apoiamos. Todavia, no campo da Sanidade Animal, muito há que fazer, para que não continuem a morrer animais jovens por falta de uma desparasitação atempada, o que representa enormes prejuízos aos nossos lavradores.

Quanto ao Seguro Agrícola, já demos os primeiros passos nesse sentido. E ainda bem. Continuamos a ter apoio à importação de novilhas de produção leiteira. E assim terá que ser, uma vez que temos a maior conveniência em aumentar a nossa capacidade de produção de leite, pois vem aí a fixação de quotas leiteiras, e por isso, o tempo urge.

Queremos ainda dizer que é correcta, na nossa maneira de ver, o apoio dado ao Cooperativismo, pela grande segurança que dá ao produtor.

Esperamos que haja também continuidade e empenhamento na disciplina ao sector comercial. Por norma, a indisciplina e a má informação dos **valores dos produtos**, têm por vítima o produtor em primeiro lugar.

E também necessário dar os meios financeiros às Associações de Lavradores para darem execução aos seus próprios projectos, desde que os apresentem sólidos e regulamentares.

Ninguém tenha medo das Associações de agricultores.

As Associações até ajudam quem governa e quem é oposição.

Face às três provas em que estamos envolvidos, julgo que temos tempo, mas limitado, meios humanos e financeiros também limitados para tão grande tarefa que se impõe e que nos é imposta, ou seja, a modernização da agricultura.

Também é verdade que **em casa que**

não há pão, todos ralham e todos têm razão.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Estou certo que agricultores, lavradores, pastores, silvicultores, técnicos (por vezes mal amados), a maioria e oposição saberão entender-se para levar a agricultura à Europa.

Muita gente tem esperança em dias melhores nestas ilhas que amam e que teimam em viver.

Se assim não acontecer a nossa juventude não nos perdoará, porque é o futuro dela, mais do que tudo, que está em jogo.

Disse.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para prestar um esclarecimento.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais queria congratular-me com a intervenção do meu colega de bancada, Francisco José, porque ela teve o condão de trazer a esta Casa, novamente e ao debate, um tema que nos é particularmente caro e muito importante para esta Região.

Queria também prestar dois esclarecimentos ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Duarte Pires...

Deputado Duarte Pires (PS): Não preciso!

O Orador: Pode não precisar, mas vai ouvir!

O Sr. Deputado Duarte Pires falou na sua intervenção final - aliás fora do tempo, ou melhor, para tentar desviar a atenção desta Casa - de dois factores:

Em primeiro lugar, não ter respondido às perguntas que cntem desta bancada lhe foram feitas, alegadamente por falta de tempo, tempo esse que hoje já teve.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado não teve argumentos para "descodificar" - uma palavra nova do seu camarada Renato Leal - a intervenção séria e realista do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Deputado Duarte Pires (PS): Eu não sei é mentir como o Sr. Secretário!

O Orador: O Sr. Deputado usou o tempo do seu partido para levantar questões ou tentar fazer perguntas que já tinham sido respondidas pelo Sr. Secretário na intervenção que o antecedeu, nomeadamente a questão das quotas leiteiras e da Formação Profissional.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado na sua intervenção não trouxe nada de novo a esta Casa, ou melhor, a sua intervenção, a seguir à intervenção do Sr. Secretário, foi uma intervenção "de chover no molhado".

Quanto à parte final da sua intervenção, gostaria de lhe dizer que o Sr. Deputado foi muito infeliz...

Deputado Duarte Pires (PS): Quase sempre!

O Orador: Eu também às vezes sou!

Mas, dizia, foi muito infeliz, porque nem o Sr. Deputado, nem eu, nem o "Secretário sombra" do seu partido, têm em relação ao Secretário Adolfo Lima, a capacidade que ele tem.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Claro!!!

O Orador: O Sr. Deputado tem de reconhecer que devido à complexidade que envolve o sector agrícola na Região, o trabalho tem sido um trabalho persistente, dentro das dificuldades que todos nós reconhecemos. Mas também não me admira muito, porque o Sr. Deputado Duarte Pires, meu amigo, está nessa pele de defensor agrícola há pouco tempo...

Deputado Duarte Pires (PS): Não é verdade!

O Orador: ...e por isso pode ainda ter alguns problemas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputados:

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito boa noite!

O Orador: Boa noite!

(Risos da Câmara)

A interpelação, tal como vem definida no Regimento, pressupõe a existência de um debate entre interpelantes e Governo interpelado, tendo por objecto temas de política geral, de óbvio interesse para a Região. Tal figura regimental pressuporia que os interpelantes trouxessem a esta Casa os vários assuntos que gostariam de debater e esclarecer.

- O que ouvimos, porém, da bancada do Partido Socialista interpelante?

- Que programa de debate aqui apresentou?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vários!

O Orador: Como entrada, ouvimos o líder da sua bancada dizer mal de tudo, dizer mal de todos.

Deputado Fernando Faria (PSD): E o que ele sabe fazer!

O Orador: O costume. Só não disse mal dele próprio, num exercício de humildade, o que não lhe faria mal nenhum.

(Risos do PSD e do Governo)

O costume também. Seguiu-se um primeiro prato sobre agricultura, servido em tosca louça de barro. Sem aspecto, sem sabor, ou seja, sem ideias concretas, sem levantar questões relevantes.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E a alcatra!

O Orador: Criticamente inócuo, cansativamente repetitivo. Condizendo a má confecção com o recipiente. Desgraçados agricultores alimentados por um tal cozinheiro.

(Risos do PSD)

Desgraçada agricultura com tal mentor.

(Risos do PSD e do Governo)

Mal refeitos de tão salobro alimento, servem-nos os interpelantes uma "posta" de educação e cultura.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Era a "posta" restante!

O Orador: Ficámos todos elucidados, ouvido o orador. Ficámos curiosamente a saber que não passamos de uns autênticos trogloditas, ou coisa parecida.

- E porquê?

- Porque não temos escolas, não temos ginásios, não temos creches, não temos infantários, não subsidiamos nada às crianças: nem livros, nem leite, nem pão.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Temos deputados!

O Orador: Resultado? Total insucesso escolar. As crianças não aprendem literalmente nada.

Deputado Duarte Pires (PS): E alguns adultos também!

O Orador: E de quem é a culpa?

- Sem mais nem menos toda ela do Governo Regional.

- E porquê?

- Porque devia levar e trazer as crianças todos os dias à escola...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ama-seca!

O Orador: ...evitando que elas andassem em má companhia. Porque o Governo devia obrigar as crianças a estudar nas suas próprias casas, em vez de mandá-las tratar das vacas ou das terras. Porque o Governo devia dar o carinho maternal às crianças porque elas precisam...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E daí, não é verdade?

O Orador: ...repreendê-las quando agem mal.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E faz!

O Orador: Mas não. O Governo Regional não faz nada disto. Por isso é o culpado de todo o insucesso escolar.

(Risos do PSD e do Governo)

O Governo limita-se só a governar. Não sabe fazer mais nada.

Pelo contrário, desatou a deitar abaixo todas as escolas, todas as creches, todos os infantários, todos os ginásios, etc....

Deputado Dionísio Amaral de Medeiros (PS): Na Povoação não fez nada!

O Orador: ...tudo obras maravilhosas...

Ouça, Sr. Deputado....

Deputado Dionísio Amaral de Medeiros (PS): Só na Povoação é que não fez!

O Orador: Vai fazer, Sr. Deputado!

Pelo contrário, desatou a deitar abaixo todas as escolas, todas as creches, todos os infantários, todos os ginásios, tudo autênticas obras maravilhosas que existiam nos Açores antes de 1976, e onde as mães e os pais das nossas actuais crianças estudaram com toda a comodidade e aproveitamento escolar, preparando-se para a vida de tal maneira que hoje educam muitíssimo bem os seus filhos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ainda estão lá as mesmas carteiras, os mesmos quadros e o mesmo gíz!

O Orador: Este Governo realmente não fez nada. Ficámos perfeitamente elucidados quanto a esta parte da interpelação do Governo. E quando aguardávamos que algo de interesse acontecesse nesta Casa, ou seja, que algum interpelante nos deixasse sem resposta, o que é sucedido?

Volta, novamente, a usar da palavra o "pai" da agricultura açoriana, o honorável Deputado Duarte Pires...

Deputado Duarte Pires (PS): Muito obrigado!

O Orador: E que vem dizer de novo? Não vem dizer nada. Veio tocar o mesmo disco, mas apenas com uma inovação. Lançamos o alerta que todos certamente desconhecem: "Cuidado! Não chorar na cama!"

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para isso é que há um "PNIC"!

(Risos da Câmara)

O Orador: E um pensamento profundo, enorme, de uma enorme profundidade mental!

Penso que a única conclusão a tirar deste profundo pensamento é este: **os agricultores, e não só os agricultores, não podem chorar**

deitados... só de pé!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ouve mal!

Deputado Duarte Pires (PS): O Sr. Deputado não houve bem!

O Orador: Espere, Sr. Deputado, que já vai ouvir o resto!

O Sr. Deputado disse coisas boas. Disse até coisas originais. Só que as coisas boas que disse, não são originais, e as originais não são boas!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Fernando Fonte (PS): Essa é do Badaró!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas é nova para o PSD!

O Orador: E do Badaró?! Então mande-me a conta dos direitos de autor.

Ora, nós sempre cuidávamos que o Sr. Deputado nos ensinasse mais alguma coisa sobre agricultura. Mas, pelos vistos, penso que até a própria bancada do seu partido, desiludida com a parte agrícola, resolveu mudar de tema. E, entretanto, vêm os interpelantes com uma nova actividade: o turismo.

Assim, de repente, passam os interpelantes do sector **primário** para o **terciário**. Porém, como se esqueceram de fazer o **secundário**, tal a ânsia do grande salto, caíram, estatelaram-se, mais uma vez, por falta das bases intermédias.

(Risos do PSD e do Governo)

Não vieram aqui perguntar nada sobre Turismo, nem nos dizer nada do que estava mal. Muito menos nos ensinar como se faz bem. Vieram apenas só, exclusivamente só, criticar... Para quê? Para justificar o acto da interpelação, porque no dicionário que certamente usam, a palavra **interpelar** tem apenas um sinónimo: criticar, dizer mal.

Deputado Duarte Pires (PS): E pagos pelo Governo, ainda por cima, como V. Ex^a disse no outro dia!

O Orador: Foi esta, em resumo, e não tão caricaturada como à primeira vista possa parecer, a interpelação que tivemos. Foi aquela de que foram capazes os Srs. Deputados interpelantes.

Não pretendo censurá-los pelo rotundo insucesso que tiveram. Pelo contrário, pretendo até felicitá-los, porque não lhes era realmente possível fazer melhor. Os Srs. Deputados quiseram, tal como Ícaro, voar, com fracas asas e... caíram...

Porém, aqui, a culpa **não foi do sol...**

mas do Governo Regional que, pela sua postura informativa, esclarecedora, docente mesmo, provocou o auto-desquilíbrio dos interpelantes.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E poética, muito poética!...

O Orador: Cairam, Vossas Excelências, Srs. Deputados, por vós mesmos... por vossa exclusiva culpa.

Esperemos que, ao menos, desta interpelação, colham uma lição.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Espere pela próxima!...

O Orador: Não obriguem, Srs. interpelantes, os deputados do Partido Social Democrata e o Governo a deslocarem-se, novamente, à Horta, para uma interpelação semelhante...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é que vos custa! Querem é só o vosso conforto!

O Orador: ...sem qualquer respeito pelo dinheiro dos contribuintes que, tanta vez, dizem que deve ser respeitado!

Tenho dito.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Entendeu o Partido Socialista lançar mão da figura regimental da interpelação ao Governo num cenário em que o Plano e Orçamento para 1990 já foi discutido e aprovado, quando o IV Governo Regional cumpre um ano do seu mandato e com as eleições autárquicas no horizonte próximo do calendário político.

Estamos, pois, num quadro cheio de potencialidades que o PS pretendeu explorar.

Porém, o Plano e Orçamento pertence já ao passado do debate político enquadrado regimentalmente e é, agora, um instrumento de política económica que orienta o trabalho continuado do Governo nos desafios de desenvolvimento que o PSD tem protagonizado.

Mas, o Governo durante este ano do seu mandato apresentou trabalho e possui respostas, pelo que o esforço de crítica retrospectiva que o PS tentou esboçar não produziu os efeitos pretendidos.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, o sempre possível apr-

veitamento de um debate desta natureza para efeitos políticos que tocavam as eleições autárquicas, não foi atingido.

Pese embora tudo isso, ninguém dúvida que o PS, enquanto oposição, tem todo o direito de usar as figuras regimentais previstas quando entender, tanto mais que estamos num sistema parlamentar e esta Assembleia deve exercer o direito tão elementar, quanto importante, de acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Governo.

Pela nossa parte, ao contrário de outros, nunca duvidamos que esta Assembleia é um espaço privilegiado de vivência democrática, é um local relevante de debate, é um órgão legítimo de fiscalização e é a instituição onde nós todos representamos todos os eleitores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Numa palavra, é porque esta Assembleia corporiza a função representativa por excelência, que estamos num espaço privilegiado de vivência democrática no plano das instituições.

Confundir a democraticidade e plena liberdade de expressão do Grupo Parlamentar do PSD com o projecto que nos une, Governo e Deputados Sociais Democratas, é não entender os diversos planos de actuação de um partido que tem a importante responsabilidade de orientar os destinos do povo dos Açores e é, também, demonstrativo do ciúme dos Socialistas, qual esperança nunca correspondida, em ver o Grupo Parlamentar do PSD unido porque tem projecto, responsável na exacta medida que lidera, empreendedor porque quer o desenvolvimento.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

O PSD não tem a mínima dúvida da democraticidade do nosso sistema de governo, desta Assembleia e dos moldes de funcionamento interno do seu Grupo Parlamentar.

Cada um dos Deputados do PSD opta porque está convicto, defende porque está interessado, intervém porque tem razão.

Porque assim é, sempre encaramos esta interpelação ao Governo com optimismo e interpretamos esta figura regimental como uma oportunidade política.

E, tudo em política vale pelo realce das razões e pela consistência do conteúdo e não, apenas, pela mera aparência de objectivos postos ao serviço de uma estratégia que pretende disfarçar o vazio com

o exemplo isolado, a dúvida constante e a crítica por necessidade de afirmação.

Assim se retrata o PS ao exterior ao exercitar a sua capacidade política nesta interpelação.

O PS ao decidir interpelar o Governo pretendeu certamente dar um sinal diferente, por ventura demonstrar que as opções prioritárias deste Governo não são objecto de um tratamento privilegiado, talvez dar um pequeno sabor a alternativa.

Não o conseguiu.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao querer interpelar o Governo, o PS foi interpelado como oposição.

Ao pretender pôr em causa o trabalho do Governo, o PS demonstrou que não consegue dar o passo qualitativo que o promova do estatuto de oposição à qualidade de alternativa.

Ao querer mobilizar o debate com o Governo, enganou-se ao pensar que o Grupo Parlamentar do PSD se demitia deste debate.

Ao decidir-se por esta interpelação confundiu contra-governo com oposição e esta com capacidade para ser alternativa.

Numa palavra, o PS ao avançar para esta interpelação, recuou politicamente, qual acto falhado e risco não calculado.

Ao invés do que se passa nos debates do Programa do Governo e dos Planos e Orçamento, o Grupo Parlamentar do PSD esperou por um sinal da oposição, que depressa deixou transparecer o tom morno da sua iniciativa interpelante, na qual nem conseguiu distinguir o que o Regimento permite, tentando reeditar em muitos aspectos o debate já aqui desenvolvido em torno do Plano e Orçamento para 1990.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na semana passada o PS falhou, mas era obrigado a submeter-se a tal prova, desta vez o PS falhou porque foi vítima da sua própria iniciativa e nada pior em política do que um acto falhado quando podia ser evitado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

O Orador: A Democracia é assim, ao sublinhar a importância das oposições e ao proporcionar-lhes mecanismos de actuação política, tem virtudes, porque permite que cada partido se retrate nas instituições a que tem acesso.

A arrogância, se é sempre dificilmente

justificada, é também imperdoável quando não tem por base a consistência de um projecto.

Uma interpelação ao Governo se é um direito inquestionável, é um risco excessivo para quem só pode avançar com exemplos isolados sem poder oferecer um conjunto de razões que, ao menos, fizesse vislumbrar uma alternativa.

Esta interpelação foi, pois, uma oportunidade que o Governo não pediu, mas não desperdiçou, que o Grupo Parlamentar do PSD não procurou, mas que não evitou, porque quem tem projecto pode comunicá-lo em qualquer altura, porque quem tem razão nunca fraqueja.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se na semana passada, no debate sobre o Plano e Orçamento, foi dito que não valia a pena apresentar propostas alternativas, hoje, nesta interpelação, não houve lugar para demonstrar a pertinência das mesmas.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Ao contrário do que foi aqui dito, o povo dos Açores não começa agora a abrir os olhos, porque esteve sempre com olhos bem abertos, para o PSD como para o PS. Por isso tem sabido distinguir o trigo do joio e, porque assim é, dispensa o atestado de minoridade política que consiste em considerá-lo até agora com os olhos fechados.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A democracia tem virtudes e uma delas é certamente o debate parlamentar entre a oposição e os que têm responsabilidades de governar.

Por isso, é bom que o PS nunca se demita de exercer todos os seus direitos de oposição porque, entre outras oportunidades, é perguntando que o Governo dá respostas, é duvidando que o Executivo transmite certezas, é debatendo que os partidos demonstram a validade dos seus projectos ou a ausência dos mesmos, é interpelando que o PS é interpelado como oposição e, até, pode ser censurado que o PS é censurado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: As aparências não disfarçam a ausência de alternativa e uma intervenção final nunca pode salvar o "desastre" de uma interpelação.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se alguma coisa já se pode dizer desta interpelação é que foi o antídoto do que o PS precisava, foi uma tentativa que, mais ainda do que no Direito, é politicamente punível pelo desvalor da acção e pelo desvalor do resultado.

Eis, pois, o profundo significado político desta interpelação do PS ao IV Governo Regional dos Açores.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições na Mesa e, assim sendo, declaro encerrado o debate.

Nos termos regimentais, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para uma intervenção de encerramento desse mesmo debate.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo preparou-se, com a habitual seriedade, para o debate sobre a interpelação formulada pelo Partido Socialista.

Anunciada há vários meses e por várias vezes - de acordo com uma táctica corriqueira de criação de factos políticos... primeiro como moção de censura, depois, mais modestamente, como uma interpelação...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E falso!

Deputado Ricardo Barros (PS): Nunca dissemos isso!

O Orador: Veio nos jornais e não o desmentiram!

...o ataque do PS ao Poder redundou em frustração.

Estávamos antevendo um debate político, sério e profundo, sobre os sectores visados pelos socialistas: a educação, a agricultura, o turismo.

Deputado Fernando Fonte (PS): E isso aconteceu!

O Orador: Afinal, presenteou-nos o PS com mais uma daquelas suas habituais lenga-lengas de numerzinhos e percentagens comparativas - desactualizados uns, falseadas outras, conforme ficou demonstrado...

Deputado Ricardo Barros (PS): Por quem?

O Orador: ...e de queixumes mesquinhos ou tacanhos, na atitude de quem, ignorando o bosque frondoso, não consegue despegar o nariz de algum tronco apodrecido...

Ora, para isso, não era necessário interpe-

lação nenhuma.

O PS tem, desde há muito, cingido a sua participação no debate sobre o Plano e o Orçamento a intervenções de tal jaez.

Este ano, para dar viscs de novidade, calaram-se, os Srs. Deputados socialistas, praticamente durante a discussão que preencheu os trabalhos parlamentares na semana passada...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Porque esgotaram o seu tempo de intervenção!

O Orador: ...transferindo para agora as respectivas intervenções de chapa 5...

Sim, porque o que aqui ouvimos, ontem e hoje, não foi mais do que o usual discurso do PS em anteriores debates sobre o Plano e o Orçamento.

O debate orçamental é, em cada ano, a grande oportunidade para fazer o discurso sobre o estado da Nação -...

Deputado Ricardo Barros (PS): Qual Nação?

O Orador: ...no caso concreto, da Região.

O PS não tem conseguido, em regra, elevar-se acima de críticas miudeiras, evidenciando não possuir um projecto alternativo para a organização da Região e para o desenvolvimento dos Açores.

Fugindo este ano à discussão do Plano e do Orçamento...

Deputado Ricardo Barros (PS): Fugindo? O Sr. não estava na Sala!

O Orador: ...o PS concentra nesta interpelação os seus ataques a três áreas de actuação do Governo - sem reparar que com isso, e face ao antecedente imediato da semana passada, perante esta Câmara e perante a opinião pública, faz prova de não conseguir já apresentar sequer objecções a todo o resto.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD)

O Orador: A única diferença patente na actuação do Grupo Parlamentar do PS neste debate, é um nervosismo maior, uma maior confusão, uma chocante incapacidade de assumir-se como oposição forte...

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os pedidos de interrupção, solicitados até, segundo consta, a um outro partido da oposição, as tempestuosas reuniões de emergência, a recusa ao debate sobre propostas políticas, o confrangedor silêncio de alguns Srs. Deputados socialistas, os cenos carregados de outros, são sinais evidentes da derrota do PS neste debate.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: Tenho que beber um pouco de água...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E isso! Meta água!...

O Orador: Água suficiente para o Governo e para a oposição!

Deputado Ricardo Barros (PS): E para ver se lhe limpa o cérebro!

O Orador: Não é preciso! É um risco que o Sr. não tem, por exemplo, porque não consegue equilibrar o cérebro!

Deputado Ricardo Barros (PS): Não diga isso! Fica muito feio!

O Orador: Derrota que dificilmente se mascara, numa tentativa desesperada perante os **media**, com o argumento falaz de que esperavam poder dispôr de mais tempo de intervenção no debate - para quê? Se nem tinham intervenções preparadas...

(Risos do PS)

...e para fingir que concluíam o tempo até tiveram de importar, hoje, à pressa, uma intervenção de Antes da Ordem do Dia sobre equipamento da frota da SATA...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E o Evaristo nº 2!

O Orador: ...- ou que não sabiam que os Srs. Deputados da maioria poderiam também intervir no debate, segundo as várias modalidades regimentalmente previstas.

Aparte inaudível do Sr. Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Humilhar-me-ia era ser o Sr. Dionísio nº 1!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O Evaristo nº 2!

O Orador: Para além de não saberem como está a Região - daí o seu permanente recurso a dados desactualizados e ultrapassados - os Srs. Deputados socialistas parece que desconhecem também o Regimento. É ignorância demais!

Deputado Ricardo Barros (PS): E o discurso de fim de carreira!

O Orador: Uma tal situação é grave para a nossa nova Autonomia Democrática e, como tal, deve ser denunciada, perante esta Câmara e perante todo o Povo Açoriano.

Em democracia, a oposição é tão importante como a maioria.

Mas à oposição não cabe só a crítica fácil, destrutiva, bota-abaixo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): "Mota abaixo"!!! Quem é que disse "Mota abaixo"?

(Risos do PS)

O Orador: A oposição deve representar um projecto diferente de sociedade, um modelo de desenvolvimento alternativo, coerente com os seus princípios ideológicos.

Só assim o voto dos eleitores significa verdadeira escolha.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: De outro modo, a oposição reduz o seu papel ao de uma máquina de assalto ao poder, movida por razões de mera promoção pessoal ou de grupo.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Daí até esquecer os princípios programáticos e os interesses que julga protagonizar para fazer alianças nefandas com os próprios adversários ideológicos, tendo em vista a conquista do poder, vai um passo (o PS já o deu para as próximas eleições autárquicas, conforme é do conhecimento geral)!

Deputado Ricardo Barros (PS): Veremos a 17!

O Orador: E outro passo apenas até colocar em segundo plano a prioridade ética do acesso ao poder, exclusivamente através do voto democrático dos cidadãos, expresso em eleições livres, aceitando a intriga, as campanhas de descrédito, o aliciamento, no termo, o golpe palaciano como instrumentos de acção política.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Por esta via, que corresponde ao último degrau da corrupção política, andar já o PS, ao proclamar com arrogância, e sem falar para nada em eleições, que será governo nos Açores em 1990?...

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Este debate teve o mérito profundo de demonstrar uma vez mais que a oposição socialista não formula uma proposta alternativa coerente.

Ou porque a não tem.

Ou porque, tendo-a, prefere mantê-la em segredo.

Neste domínio sempre estão melhor a oposição comunista e a oposição centrista.

Deputado Martins Goulart (PS): Estão aliados consigo!

O Orador: Os comunistas querem para os Açores - de uma forma simplista, digamos - o modelo dos países europeus de leste, que está em derrocada por toda a parte

e já nem sequer merece crítica.

Os centristas, por seu turno - de uma forma simplista também, e sem ofensa - preconizam, parece, o regresso ao passado. A resposta é: não obrigado!

Quanto aos socialistas não se sabe o que querem.

Terá a proposta do PS alguma coisa a ver com as teorias marxistas do valor-trabalho, da exploração do proletariado pela apropriação capitalista da mais valia, da luta de classes, da eliminação da propriedade privada dos meios de produção, da construção da sociedade socialista sem classes?

Deputado Duarte Pires (PS): Isso é uma tirada à Marcelo e a Salazar!

O Orador: Em princípio deveria. E o facto do PS se ter embandeirado em arco com as nacionalizações selvagens posteriores ao 11 de Março e, sobretudo, aguentado até à Revisão Constitucional de 89 o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, aponta no mesmo sentido.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Podem continuar.

Deputado Albano Pimentel (PS): Com esse discurso vai longe!...

O Orador: Pelos vistos está a doer-vos?

No entanto, o certo é que algumas críticas do PS à governação regional social democrata são feitas pela direita, em propaganda de defesa da iniciativa privada contra a aliás moderníssima e cada vez mais reduzida intervenção do Estado na economia, feita em nome do interesse geral e para defesa das classes sociais mais desfavorecidas - parecendo, assim, que o PS aderiu agora às teses do liberalismo desenfreado e do capitalismo selvagem.

A mesma incoerência se nota na generalidade das outras matérias, como se viu no decorrer deste debate.

O PS não pode criticar o Governo porque as despesas aumentam e, logo a seguir, reclamar mais serviços públicos, mais benefícios sociais, que necessariamente implicarão novas despesas.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se o PS entende que as despesas da Região são muito elevadas deve é, por respeito para com elementares princípios de coerência intelectual e ética, dizer publicamente quais os serviços que propõe encerrar - prefere fechar escolas ou hospitais?...

Deputado Martins Goulart (PS): O seu gabinete!

O Orador: ...quais os benefícios que propõe extinguir -...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): As suas viagens!

O Orador: ...incentivos ao investimento ou subsídios sociais?

Deputado Martins Goulart (PS): Tudo o esbanjar de dinheiro!

O Orador: E neste caso, à maternidade, aos idosos? Ou as pensões de reforma?

Não se pronunciando neste sentido, o PS tem então de apoiar a reclamação do Governo e do PSD para que à Região sejam facultados os meios financeiros a que justamente tem direito, em termos de solidariedade nacional...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Faça a tempos e horas!

O Orador: ...retirando a sua crítica inicial sobre o volume das despesas.

O PS não pode criticar o Governo por a Administração Regional ser muito pesada e, logo a seguir, reclamar a admissão de mais funcionários, para desempenhar tarefas novas ou, simplesmente, para regularizar situações.

Deputado Ricardo Barros (PS): Aonde? Quem é que reclamou isso?

Deputado Martins Goulart (PS): E uma série de mentiras!

O Orador: Os Srs. fizeram isto constantemente ao longo destes dias!

Se o PS discorda da dimensão da máquina administrativa regional, deve então indicar de que áreas de intervenção do Estado preconiza a desistência, a que ritmo serão extintos lugares na função pública, em que termos se despedirá o funcionalismo eliminado, que medidas para obviar ao respectivo desemprego.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O PS não pode atacar o Governo por causa da chamada "política de subsídios" - o que, aliás, só demonstra ignorância face aos instrumentos de incentivos à modernização e ao investimento praticados na Comunidade Económica Europeia, de que somos parte integrante - para imediatamente depois clamar por mais subsídios para as mais diversas coisas.

Se o PS discorda que o Governo atribua dinheiro para promover a actividade económica, compensando as desvantagens do nosso meio insular, para apoiar as famílias na educação dos filhos e na obtenção de casa própria, para ajudar a criação cultural,

convém que declare, quanto antes, que se alguma vez o PS for governo a regra passa a ser: não há nada para ninguém!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vamos todos para o Japão!

O Orador: Não acabei ainda.

O PS não pode criticar o Governo por projectar realizar investimentos que o PS considera excessivos, sem cobertura no que afirma ser previsto, e pelos vistos aceita, como ajuda do Estado à Região.

Em tal caso, e por coerência, o PS deve então abster-se de reclamar novos investimentos - nem sequer um polivalente ou uma escola ou um caminho de penetração - e esclarecer a Câmara e a opinião pública sobre os programas inteiros que, se fosse governo na Região, deixaria cair.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Não fazendo nada disso, o PS patenteia a sua total desorientação.

E confunde o eleitorado e a opinião pública.

O Governo e a maioria - esses não.

Porque de duas uma: ou o PS, em coerência com as suas atitudes de oposição global, adopta de verdade como proposta alternativa a política que decorre das suas críticas à governação social democrata - e já agora das recentes declarações da "eminente crise" do seu governo-sombra - e tem que reconhecer que tanta tecnocracia não é viável em democracia;...

Deputado Ricardo Barros (PS): Porquê?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E porque rima!

O Orador: ...Ou o PS reconhece que, afinal, o modelo de desenvolvimento em implementação pelo Governo da responsabilidade do PSD não é de todo incorrecto, que a acção governativa social democrata não é globalmente de condenar, e vem ao consenc em tais matérias, como já veio quanto à fórmula do regime autonómico e ao seu natural dinamismo e à própria bandeira e ao hino (honra lhes seja!)...

Mas tem de passar então o PS a votar com o PSD na generalidade, ac menos, e talvez em muitos aspectos da especialidade, documentos fundamentais, como o Programa do Governo, o Plano e o Orçamento.

Tenham-se, porém, presentes, com rigor, as consequências de uma ou outra opção.

No primeiro caso, é o adeus à alternativa socialista por via democrática, tão loucas ficam as respectivas propostas.

No segundo, é a redução do debate político a uma questão de personalidades ou de equipas dirigentes, com o esvaziamento

ideológico e programático do PS.

No termo de um debate que anunciou com tanta pompa, para o qual não se preparou minimamente e do qual sai fragorosamente derrotado, bem conviria ao PS, ao menos por uma vez, definir-se.

Insistir em vacuidades, em críticas já respondidas, em objurgatórias apopléticas, em condenações globais mil vezes desmentidas e repudiadas, vai deixar com fundamento a sensação que o PS fossilizou no apetite voraz pelo poder - já não tem ideias, já não olha a meios - e julga que alcançará o mando por simples passe mediático, à custa de perguntas de algibeiras do pior estilo professoresco.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Será caso para evocar o aforismo clássico:

"Quos Jupiter vult perdere..."

Lamento não saber dizê-lo em grego... já que agora no PS há tantos cultores de línguas mortas.

Deputado Albano Pimentel (PS): E em japonês, não sabe?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eu sei é latim!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Bem apoiado pela maioria social democrata, o Governo respondeu à interpelação formulada, demonstrou os seus fracos argumentos, evidenciou a correcção da linha de rumo adoptada e das suas concretizações.

A oposição interpelante sai daqui interpellada.

Deputado Ricardo Barros (PS): E uma figura nova!

O Orador: Como diz o Povo: vinham buscar lâ e vão tosquiados...

(Risos do PSD e do Governo)

...(cuidado com as pneumonias que o Inverno está à porta).

(Risos do PSD e do Governo)

Quanto à educação, à agricultura e ao turismo - e quanto ao resto, igualmente - vamos bem.

Há problemas e dificuldades, com certeza.

Que fazem, de resto, parte da própria vida.

Quando uma questão se resolve, surge.

Da mesma natureza, num patamar mais elevado de aspirações.

Ou até de natureza diferente.

E assim o Progresso!

E é Progresso o que estamos realizando nos Açores.

O desenvolvimento não se alcança de um dia para o outro.

Nem num ano, que depois de amanhã completa o IV Governo.

Nem sequer em 13 anos já contados de governação social democrata nas nossas ilhas.

O desenvolvimento é tarefa de toda uma geração, e nós tomámos este encargo e temos esta honra.

Para alcançarmos o nível de bem estar médio do nosso País - graças a Deus também em franco progresso - ainda falta tempo.

Deputado Ricardo Barros (PS): Graças ao Cavaco e ao Cadilhe!

O Orador: Em apenas uma dúzia de aros, saltámos de uma capitação de rendimento próxima de 40% da nacional para o nível de 60%.

Isto em resultado de um esforço de investimento e modernização, que não tem paralelo na nossa História de cinco séculos e meio.

Há muito ainda para fazer!

Muito mais se apontarmos, como devemos, aos padrões da Comunidade Europeia...

Ou daquelas regiões americanas onde os Açorianos são tão numerosos...

Entretanto, vamo-nos comparando com quem nos podemos comparar.

E não ficamos envergonhados.

Não podemos, porém, parar, ficar estáticos na contemplação da obra realizada.

O futuro desafia-nos.

O mandato democrático do Povo Açoriano, recebido em eleições livres, exige-nos.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A maioria tangencial embora, funciona.

Com humildade democrática, aceitámos o aviso do eleitorado.

Sentimo-nos mesmo estimulados.

Estamos trabalhando sem desânimo.

Em serviço dos Açores e do Povo Açoriano.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Governo de combate, deputados combatentes, maioria combativa.

Oposição combativa, rebatida, batida... com respeito democrático, naturalmente.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Que pena!...

O Orador: Parecem apenas trocadilhos.

São, na verdade, uma linha de rumo.

Clara! Firme! Com sucesso!

Os sociais democratas não fogem.

Não têm um pé dentro e outro fora.

(Protesto inaudível do Sr. Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: O nosso projecto vale a pena.

A juventude confia.

E a razão da nossa esperança.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplaudido, de pé, pela bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Nos termos regimentais, para encerramento do debate, tem a palavra um dos Srs. Deputados interpelantes, neste caso o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Há cerca de um ano, precisamente no encerramento do debate da investidura parlamentar do IV Governo Regional, renovei o compromisso - que os socialistas açorianos desde a primeira hora assumiram - de defender, consolidar e aperfeiçoar a Autonomia Democrática dos Açores.

Na altura completavam-se doze anos de actividade governativa do PSD; doze anos marcados pelos dislates e a demagogia de um partido e dos seus sucessivos governos, cujas políticas - desconcertadas e inconsistentes - visaram, principalmente, a auto-sustentação do poder regional e do projecto político pessoal daquele que, desde Setembro de 1976, tem sido o primeiro responsável pela condução dos destinos desta Região Autónoma.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Coitadinho!...

O Orador: Não vale a pena, nesta ocasião, fazer um balanço dos primeiros doze anos de Governo do PSD. Fizemo-lo ao longo do tempo com clareza e frontalidade.

Derunciámos, sistematicamente, a ausência de um plano global de desenvolvimento da Região; criticámos as acções incorrectas e as omissões de uma política infra-estrutural inadequada que teve - no imediatismo e na conquista do voto fácil - os objectivos principais a atingir.

Por essa Região fora estão à vista as realizações de fachada; são, nomeadamente, os portos e aeroportos mal concebidos e deficientemente implantados, as obras incorrectamente dimensionadas e executadas, e os resultados da implementação de medidas de política avulsas, face à inexistência de um quadro definidor das prioridades

de desenvolvimento que têm contribuído para o acentuar progressivo das assimetrias intra-regionais.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Nem com óculos novos você vê!

O Orador: Fez-se o que era mais fácil e óbvio, sem planeamento nem rigor.

Já foram gastos mais de cem milhões de contos em investimento público; mas o reduzido impacto reprodutivo desse investimento, bem como o baixo nível de crescimento económico - evidenciados não só pelos indicadores macro-económicos mas também, de forma particular, pelo agravamento do custo de vida na Região - demonstram, inequivocamente, o fracasso de uma política que não garantiu o pleno aproveitamento das nossas potencialidades, não assentou numa gestão eficaz dos nossos recursos, nem corrigiu as desigualdades e assimetrias - sociais e de desenvolvimento - que ainda caracterizam a nossa Região.

Vozes do PS : Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assistimos - como noutra altura salientámos - ao executar de uma política que resultou de uma visão incorrecta da realidade regional, que não sabe retirar das vastíssimas virtualidades do regime autonómico os meios disponíveis para a realização do progresso e da modernidade nos Açores.

Perdeu-se muito tempo com o desenrolar de conflitos evitáveis e em conflitos institucionais que chegaram a fazer perigar o alicerce da própria Autonomia Regional. Em particular, subverteu-se a ordem hierárquica regional, não se atribuindo as condições mínimas para garantir o funcionamento normal do órgão máximo do regime autonómico - A Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Andou a dormir todo este tempo, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Em 9 de Outubro de 1988 o Povo dos Açores afirmou, através do sufrágio universal e secreto, o desejo de mudança.

As razões e as críticas do Partido Socialista foram aceites por uma larga faixa da nossa população.

O descontentamento de dezenas de milhares de Açorianos pela governação do PSD traduziu-se num apoio claro à mensagem de esperança que o Partido Socialista transmitiu com eficácia às populações de todas as ilhas dos Açores.

Deputado José Carlos Simas (PSD): E não ganhou as eleições!...

O Orador: O êxito eleitoral do PS fundamentou-se não só na afirmação de uma liderança partidária, que já recolhera o apoio da esmagadora maioria dos militantes socialistas, mas, especialmente, porque o PS é, de facto, portador de projecto global de alternativa ao PSD de Mota Amaral. A nossa plataforma política alicerçou-se num Programa de Governo adequado aos grandes desafios e prioridades regionais e, em particular, na credibilidade de um elenco governativo constituído em função da competência técnico-política e da integridade dos seus membros.

Como o maior partido da oposição regional e com as responsabilidades acrescidas por força do significativo aumento da sua representatividade institucional, o Partido Socialista passou a desempenhar um papel fulcral na condução dos destinos dos Açores.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Nem sequer tem um candidato à Câmara de Ponta Delgada!

O Orador: Não esperávamos que fosse - nem tem sido - tarefa fácil. Enfrentando uma maioria parlamentar que ainda pode, unilateralmente, ditar as decisões políticas dos dois órgãos de governo próprio da Região, o Partido Socialista - tendo à sua disposição poucos recursos materiais e institucionais para desenvolver uma actividade político-partidária intensa - definiu, correctamente, para o primeiro ano da IV Legislatura concretamente, uma estratégia de actuação que privilegiou dois aspectos fundamentais:

Deputado Fernando Faria (PSD): Jogou à defesa!

O Orador: 1º - A dignificação e consolidação da Autonomia Regional: o PS foi o único Partido que até esta data apresentou um projecto de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: 2º - A fiscalização da acção governativa: por isso estamos aqui!

A realização destes objectivos não é possível só porque existe a vontade política de os concretizar.

E através do diálogo, da perseverança e da credibilidade política que o Partido Socialista nos Açores tem vindo, gradualmente, a ocupar novos espaços, correspondentes à expressão da sua representatividade regional e ao apoio que, crescentemente, vem recebendo do Povo dos Açores.

E os êxitos estão à vista de todos!

No curto espaço de um ano sobre as últimas eleições regionais o Partido Socialista nos Açores garantiu a sua representação institucional em todos os planos da actividade política, a que, na qualidade de partido da oposição, poderia ter acesso.

Elegemos, por mérito próprio, um deputado ao Parlamento Europeu.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Essa é a maior anedota do ano!

O Orador: Dispomos de um representante parlamentar na Assembleia da República.

Pela primeira vez, a representação parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores inclui deputados de todas as ilhas.

E dispomos de uma significativa participação nas autarquias da Região, que será fortemente reforçada a 17 de Dezembro próximo.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Acabámos de vencer também - neste período em que a frequência dos actos eleitorais foi determinante na orientação da actividade política - um obstáculo fortemente limitativo no âmbito da nossa intervenção político-partidária regional: a resolução, em termos mínimos, da problemática financeira do Partido, por forma a permitir o funcionamento integral e regular de todos os órgãos e instâncias partidárias.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isto não é o Congresso do PS, Sr. Deputado!

O Orador: Numa conjuntura institucional desfavorável, os êxitos conseguidos pelo PS nos Açores comprovam a credibilidade pública dos seus dirigentes, a correcção da sua estratégia política e, conferem-lhe, finalmente, os meios e os recursos indispensáveis para a prossecução de um plano de actividades que, cada vez mais ampliará a representatividade política do Partido Socialista na sociedade açoriana.

Deputado Fernando Faria (PSD): Isto é um relatório!

O Orador: Fica assim, dada a resposta completa aos demagogos, que dentro e fora desta Assembleia, tentam denegrir o trabalho sério e coerente dos Socialistas Açorianos, que apesar de sujeitos às regras restritivas impostas ao funcionamento deste órgão e que decorrem do mal-estar da maioria, realizaram, através do seu sacrifício pessoal e da qualidade das tarefas cumpridas, feitos políticos assinaláveis para o Partido Socialista nos Açores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Somos, por isso, cada vez mais a alternativa ao poder regional, porque o nosso projecto político é, essencialmente, pragmático e aberto à participação de todos os democratas que, conosco, estejam dispostos a aceitar o desafio de mudar a face dos Açores, num franco espírito de solidariedade, promovendo a justiça social e a qualidade de vida das populações de todas as ilhas.

Deputado Fernando Faria (PSD): E o Cordeiro Pascal!

O Orador: A nossa abertura e o nosso pragmatismo desencadearam um vasto movimento político e social. Ele manifesta-se nas adesões que se multiplicam, na participação - muitas vezes corajosa, de cidadãos sem filiação partidária e, até, a de muitos militantes de outros partidos que reconhecem na estratégia do PS o meio mais adequado de veicular a mobilização cívica dos açorianos, sem tutelas nem dirigismos, para que seja o "Povo quem mais ordena".

Deputado Fernando Faria (PSD): E a nova liderança?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As questões relacionadas com as próximas eleições autárquicas foram, como era de esperar, trazidas a esta Câmara.

Não só porque competia à oposição denunciar e reprovar as acções do Governo que, quebrando a letargia tranquila de um ano sem governação e à última hora, se desdobra em actividades propagandísticas com objectivos meramente eleitorais; é o desfilar de inaugurações de obras por completar, um rodopio de visitas sem nexos a ilhas e autarquias, onde nada se resolve, até aos excessos e abuso de poder praticado em defesa de candidatos do PSD.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assim, ficou uma vez mais demonstrado que o PSD teima em partidariizar o poder local para o tornar cada vez mais subserviente à sua direcção partidária e ao próprio Governo Regional.

Deputado Fernando Faria (PSD): Quando passam para vocês ficam livres?

O Orador: Para o conseguir não olha a meios. Os "baptismos" sociais democratas limpam a alma de cidadãos outrora marginalizados por serem considerados ideologicamente perversos e que, num ápice, se transformam em lídimos representantes da social-

-democracia açoriana.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em contrapartida, Presidentes de Câmara eleitos pelo PSD que fizeram obras de vulto nos respectivos concelhos e merecem o respeito dos respectivos municípios são considerados "lixo político", porque apresentam desassombadamente, como opção prioritária, a defesa dos interesses das populações e rejeitam o servilismo partidário.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Risos e protestos da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: A situação é tanto mais espantosa quanto o próprio membro do Governo Regional responsável pela Administração Interna, solicitou a um destes Presidentes de Câmara - agora expulso do PSD - um parecer sobre o diploma da cooperação financeira com as autarquias, em Julho passado; este é o "lixo" que o PSD diz ter lançado fora.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O contraste é por demais evidente.

Por um lado, temos o PSD cuja ortodoxia o fecha da realidade açoriana, submetendo os cidadãos - até no caso do poder local - ao controlo e jugo partidário; e por outro, o PS -

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, eu não me consigo ouvir.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas há aqui um problema: se o Sr. Deputado se quer ouvir, o problema é seu, mas o problema que se põe...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, mantenham-se calmos...

O Orador: Agradecia que falasse um só de cada vez ou que digerissem os vossos protestos porque eu não consigo ouvir a minha voz.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não façam as bocas em coro!

(Risos do PSD e do Governo)

O Orador: Eu vou repetir porque é funda-

mental.

...e por outro, o PS - um partido aberto e tolerante - que consegue mobilizar a participação política dos cidadãos mais aptos para resolverem os problemas dos concelhos e freguesias dos Açores.

Deputado Fernando Faria (PSD): Onde é que tens andado?

O Orador: Do lado do PSD temos o clientelismo e a fidelidade ao chefe; enquanto que o PS exige a competência e o propósito de servir as comunidades; por isso, os autarcas a eleger nas listas do Partido Socialista ou em coligação com o CDS defenderão sempre e reforçarão a autonomia do poder local.

Deputado Fernando Faria (PSD): Eles nem querem sair do PSD! Estão a enganar vocês!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O período legislativo de Novembro teve, na ordem do dia dois acontecimentos de particular importância para a vida de todos os Açorianos.

Mais uma vez sujeito aos interesses da maioria parlamentar, o PS viu preterido o agendamento da sua iniciativa de interpelar o Governo, que o Regimento e o bom-senso determinam, dever ter precedido o debate da proposta do Plano e Orçamento do Governo para 1990.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tinha, portanto, cabimento e justificada oportunidade que se fizesse, em primeiro lugar, um balanço alargado da actividade governativa de 1989, antes de se proceder à análise das propostas programáticas do Governo para 1990.

Deputado Fernando Faria (PSD): Vou-te oferecer um Regimento!

O Orador: Só assim se poderia aferir, com justeza, a credibilidade que o Executivo poderia merecer ou desmerecer quanto aos seus propósitos futuros.

Mas a maioria parlamentar, com o intuito de anular o efeito político da interpelação do PS, inverteu a ordem das coisas.

(Risos do PSD)

E depois de se ter efectuado um debate em que concentramos a nossa atenção na proposta de Orçamento para 1990, a fim de demonstrar - o que conseguimos, juntamente com os outros partidos da oposição - que este documento constitui um falso e inadequado instrumento financeiro,

na medida em que existe um buraco orçamental na ordem dos oito milhões de contos e propõe, na prática, uma taxa nula de crescimento económico.

Com um orçamento deste tipo, qualquer proposta de Plano deixa de ter suporte financeiro, resumindo-se, como foi sempre a norma dos sucessivos Governos do PSD, a uma listagem de intenções que a curto prazo serão revistas e alteradas, em função das graves insuficiências financeiras detectadas e dos interesses político-partidários do PSD.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Enquanto o PSD e o Governo persistem nesta prática, demonstram total irresponsabilidade política.

Deputado Fernando Faria (PSD): E agora! E agora! Faz pausa!

O Orador: O Povo dos Açores não pode ficar à mercê de um Governo - que dispondo de condições ímpares de conjuntura - não consegue negociar com o Governo da República a participação que ao Estado é devido de suportar os custos da insularidade, conforme decorre dos preceitos estatutários e constitucionais. Não faz sentido que sendo o PSD o partido que serve de suporte institucional tanto ao Governo da República como ao Governo Regional dos Açores, o Povo Açoriano seja duplamente penalizado pelo centralismo de uns e a incompreensão de outros.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

De nada serve falar em autonomias "progressivas" ou "tranquilas" se nos momentos decisivos não houver coragem política para enfrentar aqueles que não cumprem a Lei nem respeitem os direitos inalienáveis de um Povo que bem melhor merece.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E ficamos perplexos quando ouvimos dizer nesta Câmara e fora dela, através de discursos delirantes, que tudo está bem, que tudo se resolverá sem problemas sempre para a frente...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Coitadinho!...

O Orador: Que credibilidade deverá merecer quem tão pouco faz e tão pouco luta pelos interesses reais dos açorianos?

Dos açorianos que se levantam de madrugada para tratar do gado; dos açorianos

que enfrentam intempéries no mar largo em cascas-de-noz...

Deputado Fernando Faria (PSD): E aqueles que nasceram em berços de ouro!

O Orador: ...enfrentando riscos de vida, para trazer um peixe na ponta de dezenas de braças de arame; dos jovens açorianos que têm o direito de aspirar viver na sua terra, que lhes deverá oferecer condições e oportunidades de trabalho digno e de valorização profissional; daqueles que tiveram de procurar fora dos Açores melhores condições de vida, vencendo as adversidades de aculturações forçadas e mesmo assim recordando com saudade o seu torrão natal e, se lhes permitirem, a ele regressarem um dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Este estado de coisas - deveras preocupante - que caracteriza a vida política regional, justificou a oportunidade política da interpegação que o PS dirigiu ao Governo.

(Risos do PSD e do Governo)

Não nos norteou qualquer objectivo eleitoralista.

(Risos do PSD e do Governo)

Também sabemos ler o Regimento e, sendo minoria nesta Assembleia, não desconhecíamos que o Governo e o PSD teriam a oportunidade de defender os seus pontos de vista.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Ah!

O Orador: Mas, como anteriormente referi, é dever da oposição, em particular, fiscalizar a acção governativa e as praxes democráticas devem constituir parte integrante dos procedimentos institucionais.

Deputado Fernando Faria (PSD): Estamos todos aqui!

O Orador: E a nós que compete fiscalizar a acção do Governo. Não compete ao Governo fiscalizar o trabalho da oposição.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)*

O Orador: E ofensivo para esta instituição parlamentar - de que o Governo depende - assistir-se ao pavonear constante dos membros do Governo que, por sistema, aqui vêm para subverter o normal relacionamento entre os órgãos de governo próprio da nossa Região.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O pavoneamento é do PS!

O Orador: A falta de humildade de alguns

chega ao ponto de se arrogarem ao direito de tudo julgarem, tudo saberem e de afirmarem que, para além deles, nada mais existe, tudo é vazio.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É a incapacidade do PS!

O Orador: Por tudo isto torna-se urgente repensar a Autonomia e a forma de funcionamento dos seus órgãos.

Ao fim de treze anos de experiência política, esgotou-se um formato que condiciona, compulsivamente, os agentes políticos, transformando-os em robots, transformando a actividade política institucional numa praxe mecanizada, quando poderia ser rica, actuante e moralizadora da participação cívica dos cidadãos.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O "Messias" da Califórnia!

Deputado Fernando Faria (PSD): Esta é de Santo Inácio!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Se não tivera outro objectivo, a interpelação do PS ao Governo teve o mérito de demonstrar, à saciedade, os desequilíbrios de um sistema que desvaloriza, consistentemente, o papel da oposição num regime que se deseja democrático.

Não há Democracia sem os direitos de Oposição; e o que se verificou nestes dois dias de interpelação foi que a "lei da mordança" está bem consagrada no Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Não é verdade!

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

O Orador: Se o PSD e o Governo estavam tão satisfeitos com a oportunidade que o PS lhes proporcionou...

Sr. Presidente, eu continuo ou não?

Deputado Fernando Faria (PSD): Podes continuar à vontade!

Presidente: As pessoas estão a ouvir e estão fazendo os mesmos protestos que o Sr. Deputado fez.

Sr. Deputado Martins Goulart, o Sr. Deputado tenha paciência mas não pode protestar porque, enquanto o Sr. Presidente do Governo e outros Srs. Deputados produziram intervenções, o Sr. Deputado fez os protestos que entendeu.

Assim sendo, os Srs. Deputados estão fazendo os protestos que o Regimento lhes permite. Se o Sr. Deputado não se ouve, eu pedirei aos Srs. Deputados o favor de fazerem os seus protestos um pouco

mais baixo.

O Orador: Pedia à Mesa que fizesse o favor de pedir aos Srs. Deputados que me permitam ser ouvido nesta Sala.

Presidente: Muito bem. Eu vou pedir aos Srs. Deputados que façam o favor de protestar num tom mais baixo porque o Sr. Deputado Martins Goulart pretende ouvir-se.

Tem a palavra para continuar.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Deputado Fernando Faria (PSD): Deve ser uma deficiência auditiva. O Sr. Deputado deve ter uma deficiência de audição!

(Risos do PSD e do Governo)

O Orador: Não é! Eu ouço muito bem! Mas vou repetir desde o parágrafo anterior.

Não há Democracia sem os direitos da Oposição; e o que se verificou nestes dois dias de interpelação foi que a "lei da mordança" está bem consagrada no Regimento da Assembleia Legislativa Regional.

Se o PSD e o Governo estavam tão satisfeitos com a oportunidade que o PS lhes proporcionou em demonstrar as suas façanhas governativas através desta interpelação, não se percebe a razão porque nos impediram de usufruir de tempo suficiente para alargar, até o âmbito dessa oportunidade.

Deputado David Santos (PSD): Não apoiado!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é mentira!

O Orador: A limitação de tempo imposta pelo PSD aos Deputados Socialistas, foi tal, que ficaram prejudicadas intervenções sobre Emprego e Formação Profissional, Indústria, Cultura, Saúde e Segurança Social e Pescas.

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Por que é que não as fizeram no Plano?

O Orador: Pela mesma razão os deputados que intervieram sobre Educação, Agricultura e Turismo ficaram impedidos de fazer uma segunda intervenção, quer fosse para responder a perguntas colocadas por Deputados do PSD, quer no sentido de rebater posições assumidas pelos respectivos Secretários Regionais.

(Protestos do PSD e do Governo)

O Orador: Desta forma, a Assembleia acaba de descer mais um degrau no nível da sua credibilidade política.

(Protestos do PSD e do Governo)

O Orador: Eu penso que estou a ser boico-

tado pela voz uníssona de àpartes que não dignificam esta Assembleia.

Assim, peço aos Srs. Deputados, meus colegas de bancada, que me permitam ouvir a minha própria voz porque, se eu não me ouço a mim próprio, mais ninguém me ouve!

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, calma...

O Orador: Existe uma manifestação de boicote às minhas palavras. Desculpem, mas parece ser.

Presidente: Mais uma vez peço que protestem num tom mais baixo para efectivamente se poder ouvir a intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart.

O Orador: Eu peço desculpa de vos incomodar tanto mas... a vida é assim!

(Protestos inaudíveis do PSD)

O Orador: Vou repetir o que disse anteriormente.

Pela mesma razão os deputados que intervieram sobre Educação, Agricultura e Turismo ficaram impedidos de fazer uma segunda intervenção, quer fosse para responder a perguntas colocadas por Deputados do PSD, quer no sentido de rebater posições assumidas pelos respectivos Secretários Regionais.

Desta forma, a Assembleia acaba de descer mais um degrau no nível da sua credibilidade política.

Quem o consente ou deseja é disso completamente responsável.

Portanto, os democratas desta Casa que se encontram dispostos a servir o Povo dos Açores têm de decidir, de uma vez por todas, se querem reiniciar a caminhada que conduza à dignificação deste órgão, o que passa, necessariamente, pela revisão imediata do seu Regimento, apesar de ter sido recentemente alterado.

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado José Carlos Simas (PSD): O Sr. Deputado votou ou não votou o Regimento?

O Orador: O que aqui vivemos nesta Sessão, à luz do nosso Regimento, foi altamente degradante.

Na discussão do Plano e Orçamento, o Governo pareceu ser o mais prejudicado, verificando-se a impossibilidade de alguns Secretários Regionais intervirem, como o desejariam fazer, ficando também impedidos de prestar esclarecimentos aos deputados por falta de tempo.

Entretanto, no mesmo debate, os deputados da oposição tiveram que optar entre produzir intervenções sobre todos os sectores - sem ter tempo para aprofundar alguns - ou de analisar um documento, neste caso o Orçamento, fazendo poucas intervenções e privilegiando a apresentação de perguntas ao Governo como forma de suscitar os necessários esclarecimentos.

Quanto à interpelação ao Governo, o modelo regimental - volto a insistir - é atentório dos direitos da oposição num regime democrático.

E apelo à sensibilidade democrática daqueles que conosco representam nesta Câmara o Povo dos Açores para que, tanto ao Governo como ao partido interpelante seja regimentalmente atribuído tempo suficiente de intervenção que permita a eficácia desta modalidade parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Apesar das restrições regimentais que desvalorizaram a interpelação que agora encerro em nome do meu Grupo Parlamentar, ficou demonstrada a seriedade política do nosso acto e o trabalho empenhado dos nossos deputados, em sectores-chave da governação regional.

Muitas das perguntas e questões que foram dirigidas ao Governo ficaram sem resposta.

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

O Orador: O Governo, no sector da Educação e Cultura, ao evidenciar um optimismo exagerado quanto a um eventual êxito da sua política, não deixou demonstrado que são infundamentadas as pertinentes e numerosas questões que lhe foram apresentadas pelo Partido Socialista.

Deputado José Carlos Simas (PSD): O Sr. Deputado é um líder sem nível!

O Orador: Estranhamos, por um lado, que o Governo abuse da utilização de projecções de validade duvidosa, subvalorizando os dados estatísticos que caracterizam mais fielmente o quadro existente. Utiliza pretextos de pormenor para justificar o atraso na edificação de importantes construções escolares e, sacudindo a água do seu capote, atribui culpas às autarquias em quase tudo o que faltava fazer no seu sector.

(Protestos do PSD e do Governo)

O Orador: Este alijar de responsabilidades tem repercussões complexas. Pois das duas uma: ou os problemas que se detectam em muitas localidades da nossa Região

são resultado da incompetência dos autarcas do PSD - que, como é sabido, detém ainda uma expressiva representatividade no poder local - ou, sendo capazes, não lhes foi fornecido o apoio necessário para realizarem as obras de conservação de escolas, atribuírem residências a técnicos e professores, por forma a garantir a qualidade do Ensino nos Açores.

Estranhámos, também, que o Governo se tenha esquecido de aprofundar a questão do Ensino Superior. Todos sabemos que a Universidade dos Açores merece outro atendimento por parte do Governo Regional. A título exemplificativo, referirei o Pólo Universitário da Horta.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Nunca foste lá!

O Orador: A previsão actual para a construção de edifício próprio para instalar o Departamento de Oceanografia e Pescas tem um horizonte de 4 anos. Entretanto, a investigação científica adia-se, faz-se nas piores condições e só permanecem os "missionários", que lutando contra a maré ainda conseguem produzir algum trabalho.

Convido os Srs. Deputados que ainda não visitaram o D.O.P. a fazê-lo. Se o fizerem em dia de chuva ainda será mais interessante.

Deputado Fernando Faria (PSD): Já o fiz muitas vezes!

O Orador: Depois dir-me-ão se é com base naquelas instalações, com aquele equipamento e insuficientes recursos humanos, técnicos e materiais, que se procederá durante os próximos quatro anos à investigação científica no Sector das Pescas que nos habilite a estudar a ZEE dos Açores, a avaliar os stocks das espécies a explorar e a proteger, bem como realizar as necessárias experiências de oceanografia e de artes de pesca.

Deputado José Carlos Simas (PSD): O Sr. Deputado não ter lá ido há muito tempo!

O Orador: Quanto à agro-pecuária açoriana, mantemos as nossas posições. Numa ocasião em que os especialistas que nos visitam defendem, como opção de fundo a seguir, a diversificação do sistema produtivo, o Governo dos Açores caminha em sentido contrário.

De facto, a agro-pecuária tem evoluído perigosamente para um estágio de monocultura, desligado de qualquer lógica de desenvolvimento integrado do sector ou do ordenamento da produção.

Este quadro é agravado pelo baixo nível

técnico e profissional dos agricultores açorianos e pelas carências infra-estruturais que persistem; por outro lado, as deficiências em infraestruturas básicas, nomeadamente, caminhos de penetração, abastecimento de água e electrificação das explorações não foram superadas.

A questão que aflige mais os agricultores açorianos, neste momento, refere-se à problemática da fixação das quotas leiteiras, correndo-se o sério risco da produção fixada ficar a baixo das nossas potencialidades.

Deputado Duarte Pires (PS): Muito bem!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é demagogia barata!

O Orador: A crise da agro-pecuária açoriana só poderá resolver-se, no limiar da nossa participação no Mercado Único, se for garantida uma produção de qualidade e de viabilidade da respectiva comercialização. Deste modo deverá proceder-se, entre as variadas medidas que preconizamos, a estudos de ordenamento do território que conduzam à diversificação da produção agrícola, introduzindo novas culturas e recuperando culturas tradicionais, respeitando os condicionalismos e potencialidades da cada ilha. Ter-se-á que definir, em cada ilha, áreas prioritariamente destinadas à produção agrícola, pecuária, hortícola e silvícola, aplicando uma adequada política de incentivos e de apoios técnicos.

A diversificação tem de ser encarada numa perspectiva de rentabilizar, complementarmente, a exploração agrícola.

Deverá completar-se e modernizar-se a rede regional de abate, desenvolvendo a indústria de transformação e exportação de carnes, com a redução drástica da exportação de gado vivo.

O fomento a todas as modalidades de associativismo a cooperativismo agrícola, com base num programa concreto de modernização e redimensionamento das explorações agro-pecuárias, proporcionará a revitalização deste importante sector da economia regional. Será, efectivamente, através da correcção da dependência externa em matéria de balança alimentar, da libertação da agro-pecuária açoriana de interesses e circuitos comerciais especulativos e do aumento da eficiência dos processos produtivos que se conseguirá a justa equiparação dos rendimentos dos agricultores aos dos profissionais dos outros sectores económicos.

Sendo os transportes o "nó górdio" do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida de uma região insular como a nossa, são, igualmente, uma das áreas que sofre

mais acentuadamente as consequências e reflexos das políticas orientadoras de outros domínios.

Aquilo que se transporta em passageiros ou carga, por via aérea, marítima ou terrestre, é altamente dependente do dinamismo ou da estagnação dos restantes sectores da economia.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Nada de novo!

O Orador: Tendo sido uma das consequências da política económica dos governos do PSD, o empolamento do sector dos serviços, a indefinição persistente na agricultura e nas pescas e a recessão na indústria, não é de admirar que a política do PSD, no sector dos transportes, viesse a privilegiar o transporte de passageiros por via aérea, tardasse em assumir responsabilidades consequentes nos transportes marítimos e se reduzisse ao papel de meios subsidiários em relação ao transporte terrestre.

O resultado foi a insustentável descoordenação entre todos estes ramos de transporte. A consequência foi a impossibilidade retirar, dos vultuosos investimentos em infraestruturas, aeroportuárias e portuárias, todo o benefício e efeito multiplicador na economia que deles era legítimo esperar.

Os Açores não têm um plano global de desenvolvimento turístico.

Tendo prosseguido uma política de "turismo de rotina" os sucessivos governos do PSD não levaram em devida conta que os Açores deverão constituir um destino turístico especial em função da sua localização geográfica e das suas características peculiares, não só as que se relacionam com um estádio sócio-cultural singular, mas, ainda, as que derivam da dispersão e diferenciação territorial, bem como das condições especiais do seu clima.

A manutenção do "status" actual é altamente lesiva da economia regional, em particular, do sector privado que, apesar de subsidiado, nalguns casos, se encontra efectivamente desapoiado, independentemente de se verificar uma expansão relativa do investimento no sector, nalgumas ilhas.

E verdadeiramente sintomático que os governos regionais tenham apoiado a construção de infraestruturas hoteleiras mal concebidas e indevidamente localizadas, que a Região não disponha de importantes infraestruturas de apoio, ao mesmo tempo que aspira oferecer um serviço turístico de qualidade.

E só à custa de muito boa vontade que algumas empresas e iniciativas individuais

- numa postura de salutar teimosia em vencer as inércias do sistema - conseguem suprimir uma parte das carências referidas e prestar um acolhimento digno a quem nos visita.

Deputado José Carlos Simas (PSD): E só banalidades!

O Orador: Urge, portanto, vencer o desafio turístico dos Açores através da definição de uma política que promova as modalidades de turismo que se coadunem com as características próprias da Região, num quadro que contemple as acções de formação intensiva dos agentes e operadores turísticos e identifique um produto turístico com ampla divulgação nos mercados nacionais e internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Estamos, todos, aqui, a construir o futuro dos Açores.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Alguns estão; outros não!

O Orador: Ninguém pode pôr em causa a legitimidade da nossa função política essencial ao regime democrático.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e a finalizar a interpelação ao Governo, quero propor a esta Assembleia que se quebrem os muros artificiais que nos dividem e, sem demoras, iniciemos uma nova maneira de trabalhar e de servir o Povo dos Açores.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): A começar pelo Sr.!

O Orador: Temos, todos, que procurar estar de acordo no essencial, quando estiverem em jogo interesses fundamentais para a nossa Região.

Aceitámos há dias o repto que foi lançado pelo líder parlamentar do PSD.

E com o mesmo objectivo que desejamos acentuar a nossa determinação de não abandonar a luta quando as dificuldades aumentam.

Se o obstáculo maior, neste momento, for resultante de fenómenos centralistas e de pressões anti-autonómicas, contem com a nossa resistência e o nosso trabalho no sentido de defender, intransigentemente, a Autonomia Regional.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Até que enfim!

O Orador: Se o problema está em Lisboa, unamo-nos na defesa dos interesses do

nosso Povo, e reclamemos com uma só voz, sem tibiezas!

O patriotismo do Povo dos Açores não pede meças seja a quem for.

Por isso reivindicamos o respeito pelos direitos inalienáveis de uma população que ainda é vítima do ostracismo, e é ultrajada na sua dignidade por aqueles que, à distância, esperam o nosso conformismo e passividade, para prosseguirem uma caminhada que tem por meta restringir importantes conquistas do regime autonómico.

Deputado Fernando Faria (PSD): Até que enfim! A gente vai aplaudir!

O Orador: Os cidadãos portugueses dos Açores têm direito a uma vida melhor; têm de sentir, no dia a dia, as virtualidades do regime autonómico, como instrumento eficaz do progresso e do bem estar, alicerçado na participação livre e democrática dos cidadãos.

Mas para que haja sucesso nesta empresa a palavra chave é: Solidariedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A nossa solidariedade e empenho serão totais para apoiar todas as iniciativas sérias que se destinem ao reforço da Autonomia, à defesa dos valores democráticos e ao desenvolvimento sócio-económico e cultural do Povo Açoriano.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Deputado José Carlos Simas (PSD): A ver vamos!..

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pede a palavra para?...

Deputado Renato Moura (PSD): Para um pedido de esclarecimento à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Desejaria que a Mesa me informasse, já que neste momento não gostaria de criar dificuldades à procura de uma figura regimental que permitisse a esta bancada tomar posição perante determinadas afirmações que foram proferidas pelo orador que acabou de falar - essa intervenção há-de surgir em tempo oportuno - mas necessitaria de saber, neste momento, para poder vir a fundamentar depois as posições adequadas, quantos deputados do Partido Socialista é que estão presentes nesta reunião, e das 2 horas e 30 minutos que o Partido Socialista tinha para intervir neste debate - tempo esse que, obviamente, era conhecido

quando iniciaram o seu trabalho - quanto tempo foi utilizado pelo Deputado Martins Goulart.

Deputado Fernando Faria (PSD): E uma "perguntazinha" simples...

Presidente: Estão presentes 22 dos Srs. Deputados do Partido Socialista, e o Sr. Deputado Martins Goulart, na sua intervenção final, gastou 41 minutos e 30 segundos, das 2 horas e 30 minutos que tinham sido atribuídas ao Partido Socialista.

O Sr. Secretário Regional da Administração Interna tinha pedido a palavra para?...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Para defender a honra!

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de 3 minutos regimentais para esse efeito.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): 20 segundos chegam, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por parte dos Sr. Deputado Martins Goulart fui vilipendiado, por quem, aliás, já me insultou nesta Sessão.

Será que para ouvir as Câmaras Municipais sobre matérias que são também do seu interesse, isso é merecedor de crítica?

A resposta é só uma: nós acreditamos nas virtualidades do diálogo, nós somos democratas. E isso que têm para nos criticar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é que é a honra!

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E para interpelar a Mesa, no sentido de colher a mesma informação relativa ao tempo de intervenção do Governo...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Só sabes é copiar!

O Orador: E só no desejo de informar...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Falta de imaginação!

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Com certeza que pode!

O Orador: Era para pedir o tempo que o Governo utilizou e qual foi o tempo utilizado pelo Sr. Presidente do Governo Regional na sua intervenção final.

Também gostaria de saber qual o tempo utilizado pela bancada do PSD.

Presidente: O PSD utilizou 42 minutos e 30 segundos das 2 horas e 30 minutos que lhe tinham sido atribuídas.

O Governo Regional utilizou 2 horas,

18 minutos e 30 segundos das mesmas 2 horas e 30 minutos que lhe tinham sido destinadas.

O Sr. Presidente do Governo Regional, na sua intervenção final, gastou 20 minutos.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim desta nossa Sessão.

Reunimo-nos amanhã, às 15.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Revisão do Orçamento e Plano para 1989;

2 - Designação do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação;

3 - Discussão e votação sobre a oportunidade de se iniciar o processo de alteração do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

4 - Deliberação, nos termos do nº 2 do artigo 52º do Regimento, sobre a composição das Comissões;

5 - Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa à aplicação à Região do "Estatuto do Pessoal Dirigente";

6 - Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Estatuto de Pessoal das Juntas Autónomas dos Portos";

7 - Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional e a Administração Local".

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã.

(eram 20.15 minutos)

(Deputado que entrou durante a Sessão: PS - Luís Filipe Cabral).

A Redactora Principal: Idília M. C. M. Cardoso.